

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

SAMARA LÍVIA SILVA MARCELINO

ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1990 NO  
BRASIL E EM ALAGOAS

MACEIÓ-AL  
2024

SAMARA LÍVIA SILVA MARCELINO

**ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1990 NO  
BRASIL E EM ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Serviço  
Social da Universidade Federal de  
Alagoas como requisito para a obtenção  
do Grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Lúcia  
Prédes Trindade.

Maceió-AL  
2024

**Catalogação na Fonte  
Universidade Federal de Alagoas  
Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M314e Marcelino, Samara Lívia Silva.

Estudo histórico sobre o serviço social na década de 1990 no Brasil e em Alagoas / Samara Lívia Silva Marcelino. – 2024.

61 f.

Orientadora: Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 57-61.

1. Serviço social. 2. Formação profissional - Alagoas. 3. I. Título.

CDU: 364.442.2(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**

Documento assinado digitalmente



SAMARA LÍVIA SILVA MARCELINO

Data: 14/01/2025 14:38:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**DISCVENTE: Samara Lívia Silva Marcelino**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 20/12/2024

**Título: ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1990 NO  
BRASIL E EM ALAGOAS**

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente



ROSA LUCIA PRÉDES TRINDADE

Data: 26/12/2024 11:46:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Lúcia Prédes Trindade (ORIENTADORA)**

Documento assinado digitalmente



SILMARA MENDES COSTA SANTOS

Data: 30/12/2024 18:08:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Silmara Mendes Costa Santos**

Documento assinado digitalmente



JOSELITA OLIVIA DA SILVA MONTEIRO

Data: 26/12/2024 19:04:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Assistente Social Ma. Joselita Olivia da Silva Monteiro**

## AGRADECIMENTOS

Iniciar os agradecimentos me fez recordar de todo o processo que me trouxe até aqui, desde a saída do sertão de Alagoas até a conclusão da graduação — nem sempre foram momentos fáceis, mas foram bonitos em sua maioria.

Aqui, expresso gratidão à minha família: minha tia Clara, aos meus tios João, Celso (*in memoriam*), Márcio e Ana, por todo acolhimento e amor desde que cheguei em Maceió. Além deles, expresso todo meu amor à minha mãe, que sempre batalhou para que eu pudesse chegar aonde cheguei, bem como aos meus irmãos e sobrinhos, que são toda a minha vida.

No meio acadêmico, tive o privilégio de ter grandes amigas desde o início até agora: Silviane e Vitória, obrigada por estarem comigo em todas as fases.

Ao grupo de pesquisa *Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais*, que foi meu primeiro contato com a pesquisa e incentivo para sempre buscar mais.

Ao meu amado PET Conexões de Saberes Serviço Social — não existem palavras que possam mensurar o meu aprendizado enquanto discente e ser humano nos últimos três anos.

Minha imensa gratidão à minha orientadora, Profª. Drª. Rosa, que me acompanha desde o Pibic, que não ensinou apenas como pesquisar, investigar e sobre a profissão, mas também sobre a vida, a importância das pausas e das constâncias. Obrigada por todo acolhimento e pela paciência em meio aos meus desesperos.

No PET, encontrei amizades que me acolheram e foram minha salvação em muitos dias, pessoas que me ouviram e acompanharam nos últimos três anos, me apoiando e me incentivando a ser melhor, que abraçaram minhas imperfeições e fizeram delas meros detalhes. Alane, Andressa, Elisa, Juan, Patrícia, Sarah, Vinicius, Lilian e Letícia, meu cotidiano no Programa e na graduação foram mais leves graças a vocês. Agradeço também à tutora Profª. Drª Andréa Pacheco, que sempre se colocou à disposição para me auxiliar e me apoiou em diversos momentos dessa trajetória.

Na vida, eu não poderia deixar de agradecer à Bruna, tia Rosa, Flávio e Flor por todo apoio e por não me deixarem desistir. Beatriz e Bruna, eu não imagino como teria sido o dia a dia no estágio extracurricular sem vocês e nem como seriam os dias sem café e bolo para acalmar as crises de ansiedade e alimentar Emanuel,

ainda no ventre da Beatriz. À Milena, que mesmo recente em minha vida, me apoiou, me ouviu e me ajudou na vida e nesse desafio que é o TCC.

Nos estágios obrigatórios e extracurriculares pude aprender com mulheres excepcionais, de muita garra e competência profissional, que me apresentaram o cotidiano e toda sua complexidade, obrigada à Joselita, Aline, Fernanda e Anacy, vocês foram e continuarão sendo bons exemplos.

Gostaria também de agradecer ao João Victor, por todo amor e parceria nestes últimos meses — eles foram mais leves contigo.

Por fim e não menos importante, gostaria de agradecer aos meus grandes parceiros do dia a dia, que me apoiam e me deixam mais leve com todas as brincadeiras: Anacy, Paula, Lucas, Cristiane, Mariana, Rafaely, Gerliane e Junior, a UGP é mais leve com vocês.

## RESUMO

O presente TCC de graduação em Serviço Social consiste em um estudo histórico sobre o Serviço Social na década de 1990 no Brasil e em Alagoas, apresentando aspectos da formação profissional e do mercado de trabalho. Ademais, a sua principal indagação foi entender a profissão no estado de Alagoas, considerando os avanços econômicos, políticos e sociais a níveis nacional e estadual, a partir de dados obtidos no Conselho Regional de Serviço Social (Cress) 16ª Região, e identificando os principais aspectos técnicos e jurídicos do exercício profissional. As pesquisas foram realizadas com fontes bibliográfica e documental, tendo como referências autores importantes para a profissão, Atas documentais do Cress 16ª Região e documentos da época pesquisada. Dessa forma, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou compreender que o Serviço Social brasileiro e alagoano recebeu grandes influências após a publicação da Constituição Federal de 1988 e, consequentemente, teve fortes impactos em seu cotidiano com o avanço do neoliberalismo em 1990, que levou o profissional a se adequar em sua formação e nos novos espaços do mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Alagoas; Formação e Mercado profissional.

## ABSTRACT

This TCC for the undergraduate degree in Social Work carried out a historical study on social work in the 1990s in Brazil and Alagoas, presenting aspects of professional training and the job market. Furthermore, its main question was to understand the profession in the state of Alagoas, considering economic, political and social advances at national and state level, taking into account data obtained from the Regional Social Service Council - 16th Region and identifying the main technical aspects and legal professionals. The research was carried out with bibliographic and documentary sources, using as references important authors for the profession and the documentary minutes of CRESS/16th Region and documents from the time researched. In this way, the development of this research made it possible to understand that Brazilian and Alagoas social services received great influences after the publication of the Federal Constitution of 1988 and, consequently, had strong impacts on their daily lives with the advance of neoliberalism in 1990, which led the professional to become adapt to their professional training and new spaces in the job market.

**Keywords:** Social Work; Alagoas; Training and Professional Market.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Abepss	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Abess	Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social
AL	Alagoas
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Ceas	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
Ceas	Conselho Estadual de Assistência Social
Cedepss	Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social
Cepe	Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Cras	Conselho Regional de Assistentes Sociais
Cress	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSS	Departamento de Serviço Social
Feas	Fundo Estadual de Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSSO	Faculdade de Serviço Social
Geres	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Loas	Lei Orgânica de Assistência Social
LOS	Leis Orgânicas de Saúde
NOB	Normas Operacionais Básicas
ONU	Organização das Nações Unidas

Oscip	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAS	Plano de Assistência em Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sesau	Secretaria Estadual de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL E EM ALAGOAS..</b>	
<b>12</b>	
<b>NA DÉCADA DE 1990.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Contexto econômico, político e social na década de 1990 no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Contexto econômico, político, social na década de 1990 em Alagoas.....</b>	<b>20</b>
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990 E AS.....</b>	<b>30</b>
<b>PARTICULARIDADES DA PROFISSÃO EM ALAGOAS.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Antecedentes históricos do Serviço Social no Brasil e em Alagoas.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2 Particularidades do Serviço Social em 1990: aspectos históricos sobre a</b>	
<b>formação e sobre o mercado de trabalho profissional.....</b>	<b>37</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) sobre o Serviço Social no Estado de Alagoas na década de 1990 realizou um resgate histórico das particularidades da profissão em Alagoas, notadamente sobre seu mercado de trabalho e os marcos legais e jurídicos desse período. A pesquisa teve início ainda no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)<sup>1</sup>, através do *Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais*, com o estudo acerca das tendências das pesquisas sobre mercado de trabalho no período de 1998 a 2018. Neste percurso, participamos da organização do minicurso *História do Serviço Social<sup>2</sup> em Alagoas*, que buscava apresentar a gênese da profissão no estado e algumas particularidades — o que foi um estímulo para a continuidade da pesquisa histórica no TCC.

Para a elaboração do TCC, o problema de pesquisa consistiu na seguinte indagação: como se deu a consolidação profissional no estado de Alagoas na década de 1990? Para atingir a devida resposta, o objetivo geral do trabalho foi realizar um resgate histórico sobre o Serviço Social na década de 1990 no Brasil e em Alagoas, considerando o avanço das Políticas Públicas Sociais no país. Os objetivos específicos foram: identificar aspectos técnicos e jurídicos da profissão na década de 1990; verificar como se deu a ampliação do mercado de trabalho profissional e suas particularidades; e buscar informações contidas no Conselho Regional de Serviço Social (Cress) 16<sup>a</sup>Região na década proposta, a fim de entender o posicionamento e discussões da categoria profissional.

A metodologia utilizada na pesquisa combinou diferentes abordagens para obter resultado efetivo acerca da compreensão da profissão de Serviço Social, especialmente no contexto do estado de Alagoas, durante a década de 1990. Inicialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, tendo como fontes livros, artigos

---

<sup>1</sup> A pesquisa intitulada *Estudo sobre a configuração das pesquisas sobre mercado de trabalho do Serviço Social no contexto histórico brasileiro no período 1998 a 2018* sofreu algumas modificações em seu percurso, uma vez que, dada a situação vivenciada em decorrência da pandemia de Covid-19, não possuímos acesso a determinados documentos que se encontravam na Faculdade de Serviço Social da Ufal. Além disso, foi pesquisado e inserido o resgate histórico profissional em Alagoas.

<sup>2</sup> Disciplina Eletiva ofertada através da Faculdade de Serviço Social (FSSO-Ufal) e ministrada pela Profª. Drª Rosa Lúcia Prêdes Trindade durante o regime excepcional, com aulas remotas durante a pandemia de Covid-19.

acadêmicos, periódicos e TCCs que fossem relevantes na discussão acerca da profissão na referida década. Dessa forma, para compreensão do contexto brasileiro as principais fontes utilizadas foram: Marilda Iamamoto; José Paulo Netto; Elaine Bhering e Ivanete Boscheti; Ana Elizabete Mota e Rosa Trindade. Sobre Alagoas, pesquisamos as publicações acerca de pesquisas locais, sobre o contexto econômico e político, bem como sobre a profissão. Tomamos como ponto de partida o TCC de Ana Beatriz Cabral, que realizou pesquisas sobre o mercado de trabalho e a formação profissional em Alagoas na década de 1990<sup>3</sup>. As informações coletadas nas referências bibliográficas foram organizadas nas seguintes temáticas, todas consideradas a níveis nacional e estadual: contexto político a partir de 1988; formação profissional; mercado de trabalho e política social.

No que se refere à pesquisa documental, buscamos dados históricos nas Atas do Conselho Regional de Serviço Social de Alagoas, à época Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), que realizou diversas reuniões ordinárias e extraordinárias, a fim de tratar temáticas importantes para a profissão em níveis nacional e estadual; é válido salientar que essas reuniões foram sistematizadas em Atas durante a década de 1990. Salienta-se que as Atas analisadas abrangem três gestões do Conselho, cinco gestões públicas municipais e estaduais, relativas a toda a década de 1990. Durante a pesquisa foram identificados posicionamentos da categoria profissional, abordando a conjuntura política no Brasil e em Alagoas, de modo que foi realizada uma filtragem das informações, com a identificação dos seguintes temas: mercado de trabalho, formação profissional e a conjuntura política local e nacional. A partir desta filtragem de informações, assim como na pesquisa bibliográfica, a sistematização foi realizada em tabelas separadas por temática e ano.

Ao final da coleta e sistematização dos dados bibliográficos e documentais, foi traçada uma linha cronológica dos acontecimentos para compreender como se deu a consolidação profissional. Ademais, este trabalho combinou a metodologia da dialética histórica de Marx com fundamento teórico-metodológico para análise das características sociais encontradas durante as coletas. É válido ressaltar que esta

---

<sup>3</sup> Na década de 1990, pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho e ao perfil profissional foram realizadas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Alagoas. As pesquisas de São Paulo e Rio de Janeiro auxiliaram a compreensão da dinâmica profissional a nível nacional, haja vista que as tendências se repetiam, inclusive em Alagoas.

abordagem serviu para investigar as determinações econômicas, políticas e sociais que configuraram os processos analisados, destacando o papel das contradições como motor das mudanças históricas e das desigualdades sociais. Por fim, é importante pontuar que as pesquisas existentes da referida década serviram de base para entender os debates presentes nas Atas do Cress 16<sup>a</sup> Região.

O resultado da pesquisa está apresentado em duas seções neste TCC. A primeira seção, *Contexto econômico, político e social no Brasil e em Alagoas na década de 1990*, tratou dos processos socioeconômicos brasileiro e alagoano, enfatizando as principais características do período final da Ditadura Militar e a transição para a democracia, quando houve a ascensão do neoliberalismo nos países centrais e suas repercussões para as políticas públicas sociais. Ademais, no debate acerca de Alagoas, foram trazidos os principais pontos discutidos nas Atas do Cress 16<sup>a</sup> Região referentes às políticas públicas sociais, à perspectiva e mobilização da categoria profissional alagoana.

A segunda seção, *Consolidação da Profissão de Serviço Social no Brasil na Década de 1990 e as Particulares de Alagoas*, apresenta os principais dados coletados sobre o Serviço Social na década de 1990, partindo dos seguintes pontos: sobre a graduação e a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, sobre as principais tendências do mercado de trabalho. As temáticas trabalhadas nesta seção estão ligadas de forma intrínseca ao contexto sociopolítico do país, uma vez que a profissão apresenta diversas modificações no pós-1988. Além disso, assim como na primeira seção, foram trazidos os aspectos coletados nas Atas do Cress 16<sup>a</sup> Região.

Os dados pesquisados e sintetizados na pesquisa nos levaram a buscar análises sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos e sobre como esses movimentos alcançaram a profissão. O resgate histórico aqui retratado permite entender as mudanças ocorridas na profissão e responde ao principal questionamento proposto para este trabalho, que é sobre a consolidação profissional na década de 1990, no Brasil e, de forma particular, em Alagoas.

## 2 CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL E EM ALAGOAS NA DÉCADA DE 1990

Esta seção aborda o contexto econômico, político e social do país e do Estado de Alagoas na década de 1990, necessário à compreensão do tema da pesquisa. Destacaremos aspectos relevantes sobre décadas anteriores no Brasil, uma vez que o país e o mundo passam por diversas mudanças nos setores econômico, político e principalmente no social, além da ascensão da ideologia neoliberal na década de 1970 nos países de capitalismo avançado. Também abordaremos a realidade de Alagoas na referida década para compreender a profissão no estado.

### 2.1 Contexto econômico, político e social na década de 1990 no Brasil

Nesta subseção será exposto o contexto econômico, político e social em âmbito nacional que pode explicar a década de 1990, a partir do fim da Ditadura Militar e do início da redemocratização do país, com o processo que culminou com a nova Constituição Federal de 1988. Esse movimento é importante para a compreensão das influências que regiam o Serviço Social no Brasil na década de 1990.

No ano de 1964, através de um golpe militar, foi instaurada no país a Ditadura Militar que durou até 1985. Foi um período autoritário e repressivo que restringiu os direitos políticos e sociais, com a população brasileira despossuindo espaço para assegurar sua liberdade de expressão. O período também foi marcado pelo avanço industrial<sup>4</sup> e o foco em uma economia baseada na importação de produtos nacionais,

---

<sup>4</sup> De acordo com Mazzeo (1989), em 1984 se institucionalizou a autocracia burguesa no Brasil através da eliminação do bonapartismo e da manipulação da eleição. Dessa forma, o autor afirma que esse movimento vai reforçar a estrutura cafeeira no desenvolvimento do processo de produção agrária, ao passo que também irá acelerar o movimento industrial no país, este que passa a ser financiado pela produção agrária das capitais, gerando, portanto, uma contradição no seio das classes detentoras do poder e criando situações para a alteração da hegemonia do Estado.

período marcado pelo chamado “milagre econômico”<sup>5</sup>, o que posteriormente não se sustentou, gerando crises econômica e política.

Accioly (2018) destaca que nesse período houve redução na geração de emprego e acréscimo na taxa inflacionária, acarretando um declínio no consumo interno. O governo militar, através da sua repressão, impossibilitava o trabalho sindical; sendo assim, apesar da situação vivenciada, não se prolongavam quaisquer manifestações de insatisfação e reivindicação dos direitos individuais e coletivos, apesar disto, é no governo militar que ocorre a consolidação do movimento operário. Com o declínio dos empregos formais e a estagnação dos salários, a década de 1980 foi marcada por greves em demasia de norte a sul do país; Accioly (2018) pontua que esse movimento eleva o Brasil no *ranking* como o país com maior número de greves do mundo.

Marangoni (2012) afirma que na América Latina, essa década ficou conhecida como “a década perdida”, por causa da profunda crise econômica. Apesar da crise estar presente em toda América Latina, o Brasil se destaca devido à alta desaceleração em seu ciclo desenvolvimentista, que percorria um crescimento contínuo nos cinquenta anos anteriores. As altas taxas inflacionárias, os juros exacerbados, o baixo crescimento social e o endividamento externo e interno marcaram a década. Contudo, apesar do descontrole presente, pode-se afirmar que houve grande avanço no que diz respeito aos movimentos sociais, posto que a crise provoca uma ascensão das mobilizações populares.

Destacam-se as mobilizações populares iniciadas em 1983, com o lema *Diretas Já*, através do qual demonstravam insatisfação com o governo militar. Em 1984, ainda sem voto popular, já que a Emenda das Diretas não fora aprovada pelo então Congresso Nacional, o civil Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, mas não chegou a assumir, pois faleceu dias antes da posse. Dessa forma, José Sarney, eleito vice-presidente, toma posse como presidente, com um governo marcado por promessas de melhorias que se materializaram em planos econômicos (Plano Cruzado I e II) que buscavam a redução inflacionária, embora com insucessos, já que a economia continuou em escalada inflacionária. Apesar

---

<sup>5</sup> Segundo Sanz e Mendonça (2017), o milagre econômico consistia no crescimento exponencial do Produto Interno Bruto (PIB) e decréscimo inflacionário. O que de fato acontece no período de 1968 a 1973, quando o país atinge um aumento de 14% no PIB e consequentemente queda na inflação. Contudo, apesar dos dados serem satisfatórios para o país, não é o que ocorre com os/as trabalhadores/as, visto que no mesmo período a concentração de renda encontrava-se nas contas bancárias dos grandes empresários.

disso, como já havia uma tendência dos movimentos contestatórios à Ditadura Militar, o governo se viu diante da necessidade de colocar a questão da participação popular em discussões que refletissem as necessidades da sociedade civil (Accioly, 2018).

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1986 e teve como objetivo a elaboração da nova Constituição para o país, a participação da sociedade civil era crucial. As organizações populares apresentaram as necessidades postas nas grandes mobilizações de rua, as greves dos trabalhadores e os protestos que ocorreram no regime militar, de modo que a nova constituição deveria ser ampla e inclusiva para os direitos fundamentais e sociais. Em 1987 ocorreu o primeiro plebiscito popular, com o objetivo de consultar a população sobre a forma de governo a ser adotada no país, onde a sociedade manteve o cargo de presidência como chefe do Poder Executivo (Accioly, 2018).

Em 1988 passou a valer a nova Constituição Federal do país, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, com inúmeras inovações que refletem as mobilizações sociais. Suas características principais incluem os direitos fundamentais individual e coletivo, a ampliação dos direitos sociais — que incluíam a saúde, educação e previdência social —, além da criação de um Estado democrático de direito com maior ênfase na cidadania, assegurando a participação popular nas questões políticas e sociais. Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para a Presidência da República, assegurando o que foi definido no plebiscito e na constituição.

Aliada à hiperinflação e à desigualdade social que se alastravam desde os anos anteriores, a crise econômica abriu espaço para a ampliação de blocos políticos que levaram a inúmeros candidatos para presidente da República em 1989. A eleição foi marcada por grandes mobilizações populares, inúmeros debates e disputas ideológicas presentes na mídia, e os candidatos Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva disputaram o segundo turno, sendo Collor o presidente eleito.

Durante sua campanha eleitoral, Collor apresentou um discurso de renovação, com o combate à corrupção e a implantação de profundas reformas econômicas que visavam a estabilização das taxas inflacionárias. Com perfil liberal, Collor se encaixava no que Carinhato (2018) chama de receituário liberal americano, onde o Estado atua na manutenção dos gastos, rompendo com o sindicalismo e mantendo o controle dos gastos sociais. A entrada de Fernando Collor, apresentou a

influência liberal americana no dia posterior à sua posse, com o projeto neoliberal extremista chamado Plano Collor I, que consistia na confiscação dos valores ativos nas contas correntes e poupanças da população, com a justificativa de que essa ação garantiria o estancamento da inflação e de que os valores seriam posteriormente devolvidos. Segundo Maciel (2011), o prazo de devolução era de 18 meses e esta seria realizada em 12 parcelas mensais.

Em curto espaço de tempo, a inflação tem uma queda considerável, contudo, os preços voltaram a subir em seguida e a perspectiva de Collor com o seu primeiro plano se mostra insuficiente para reestruturação do Estado. O país se destacou com os piores índices no que cercava a economia, mantendo estacionados os avanços no mercado de trabalho, rebaixamento salarial e PIB de -4,4% — dado *record* desde 1908 (Maciel, 2011, p. 102). Não obstante ao fracasso do Plano Collor I, em menos de um ano de mandato foi instaurado o Plano Collor II, que também não surte efeito. Maciel (2011, p. 103) afirma que a troca de comando da equipe econômica do governo Collor supõe a adoção de um perfil ortodoxo, em que se mantiveram as altas taxas de juros, fechando o ano de 1991 com 404,70% e dobrando em 1992, com 991,4%.

Com o país em colapso no âmbito econômico e social, ainda houve o agravamento do mercado de trabalho, uma vez que o então presidente, ao optar por uma abertura comercial rápida e intensa, expôs a indústria brasileira. Dessa forma, sem capacidade para competir, inúmeras empresas foram obrigadas a fechar ou reduzir sua produção e seu quadro de funcionários. Com salários congelados e falta de acesso a empregos, o país passou a apresentar uma tendência aos trabalhos informais.

Alves (2009) relata que a experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da implantação do neoliberalismo, que serve como elemento compositivo do que vai chamar de novo metabolismo social, caracterizado pela intensificação e ampliação da exploração da força de trabalho.

Em 1992, com toda a crise instaurada no país e os rumores de corrupção envolvendo o então presidente Fernando Collor e seus apoiadores, acontecem diversas mobilizações lideradas por movimentos estudantis (chamados “caras pintadas”) na luta pelo *impeachment* de Collor. Antes que o *impeachment* fosse aprovado pelo Senado, Collor renunciou ao cargo, sendo substituído por seu vice-presidente, Itamar Franco, até o final do mandato em 1994. Entretanto, apesar

da substituição, inicialmente não houve mudanças significativas no âmbito econômico e social durante o governo de Itamar Franco. Com o aumento inflacionário contínuo, Itamar convocou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para atuar no Ministério da Fazenda, a fim de estudar e controlar a situação econômica do país. Carinhato (2008) afirma que a principal orientação do presidente nesse período era resgatar a ética na política e implantar um novo plano de estabilização.

Sendo assim, o ministro da economia do novo governo, FHC, implantou o Plano Real, que assim como os demais planos econômicos, buscava a extinção da inflação no país. O ministro buscava a valorização da moeda, que seria correspondente a um dólar americano, no entanto, foi através da popularização do Plano Real que Fernando Henrique Cardoso veio a assumir a presidência do Brasil por dois mandatos consecutivos, iniciando em 1995 e finalizando apenas em 2002. Ao assumir a presidência, FHC continuou com a missão de remover o país da crise econômica, adotando políticas estabilizadoras e reformas estruturais de impacto duradouro. Do ponto de vista político, o governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela consolidação da democracia no Brasil e buscou fortalecer as instituições democráticas, promovendo reformas políticas e administrativas, como a reeleição presidencial e a modernização do Estado (Carinhato, 2008).

Segundo Carinhato (2008), a Constituição de 1988 foi um grande marco para implementação do modelo de Seguridade Social situado no tripé saúde, previdência e assistência social, em busca de proteção universal e cidadã, afirmando o dever do Estado e garantindo a descentralização política. Outrossim, a viabilização e efetivação desse processo nos marcos legais estabeleceu estímulos de abordagem em nível nacional, estadual e municipal. O autor salienta ainda que no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu um reforço quanto às políticas sociais, devido ao agravamento dos altos índices de desemprego e pobreza (Carinhato, 2008). Contudo, as políticas neoliberais não buscavam solução efetiva, mas que gerasse uma movimentação do capital.

De acordo com o Projeto da Emenda Constitucional nº 173, Fernando Henrique iniciou a reforma do Estado brasileiro com vistas a reduzir os custos do Brasil e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada. Nesse período houve crescimento em alto índice da terceirização, pois, com as reformas, o

Estado se ausentou de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para o setor privado,

Por meio do Programa Nacional de Publicização (PNP), o governo transferiu para “o setor público não-estatal” - o chamado terceiro setor - , a produção de serviços competitivos ou não, exclusivos do Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (Carinhato, p. 42 *apud* Brasil, 1995, grifos nosso).

Essa redução do papel do Estado na economia e na prestação de serviços sociais é característica do neoliberalismo, de acordo com Behring e Boschetti (2011), portanto, houve uma defesa na iniciativa privada e da lógica do mercado como os principais motores para o desenvolvimento. Esse movimento se deu a partir de um contexto de globalização e crises fiscais, que incentivou os países a aderirem a essas ideias; no caso do Brasil, esse movimento se intensificou durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Após a Constituição Federal de 1988, o Estado foi definido como o provedor dos serviços essenciais à sociedade — tais como saúde, educação e previdência —, no entanto, o neoliberalismo defende um papel mais restrito enquanto gestor regulador. A privatização e a terceirização dos serviços públicos expressaram as contradições deste modelo econômico e político, a partir da regulamentação e implementação de políticas sociais financiadas com recursos públicos. Behring e Boschetti (2011) afirmam que, nessa perspectiva, as políticas sociais deixaram de ser vistas como um direito universal e passam a ser vistas como um mecanismo de focalização da pobreza, privilegiando uma abordagem assistencialista aos grupos vulneráveis. Além disso, é importante destacar que FHC nesse período, assim como Collor, realizou diversas privatizações, sob justificativa de melhora da economia e possibilidade de queda na taxa de desemprego.

Conforme citado anteriormente, o fim da ditadura e o início da democracia abrem um espaço participativo da população e escancaram a situação econômica e política do país, esse movimento fez com que houvesse uma mudança de percepção do Estado sobre os Movimentos Sociais,

De um lado, o Estado passa a reconhecer os movimentos sociais como interlocutores coletivos, respondendo algumas de suas demandas, e, de outro lado, os movimentos sociais presentes na sociedade civil admitem negociar com o Estado, rompendo com a posição de “costas para o Estado” (Correia, 2018, p. 123, grifo nosso).

Esse processo de ressurgimento dos movimentos sociais contrários ao governo fez com que houvesse uma resistência fervorosa por mudanças no âmbito social. Correia (2018) aponta que a democratização também revela o controle social, antes exercido pelo regime ditatorial, sendo transferido para a sociedade civil<sup>6</sup> o exercer sobre o Estado. A exigência da participação social nas decisões acerca das políticas públicas sociais se destaca durante a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986<sup>7</sup>, visto que é nela que ocorre a legitimação da Reforma Sanitária e a proposta para o Sistema Único de Saúde (SUS) com a ampla participação da sociedade civil.

Durante a década de 1990, com o avanço neoliberal sobre as políticas públicas sociais, houve uma intensificação das reformas econômicas e do ajuste estrutural, afetando a organização e o financiamento das políticas sociais, que atingiram a implantação plena do SUS, sistema garantido pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1990 pela Lei nº 8080. De acordo com os estudos de Behring e Boschetti (2011), esse movimento demarca a introdução de uma lógica mercadológica, ignorando os princípios da saúde que tratavam da universalidade e integralidade com o aumento da privatização e terceirização dos serviços de saúde. Behring e Boschetti (2011) também afirmam que esse movimento mercantil fez com que a saúde não conseguisse atender às necessidades da maioria da população, havendo, portanto, avanço nas desigualdades e a dificuldade em um acesso aos serviços de qualidade.

---

<sup>6</sup> Correia (2018, p. 116), em estudos baseados em Gramsci, aponta que a sociedade civil não é homogênea, mas um espaço de lutas de interesses contraditórios. As lutas não são da sociedade civil contra o Estado, mas de setores que representam os interesses do capital e do trabalho (ou de desdobramentos desta contradição, como a exclusão de gênero, etnia, religião, a defesa de direitos, da preservação do meio ambiente, entre outras lutas específicas) na sociedade civil e no Estado em busca de hegemonia. A sociedade civil, enquanto integrante da totalidade social, tem potencial transformador, pois nela também se processa a organização dos movimentos sociais que representam os interesses das classes subalternas na busca da “direção político-ideológica”.

<sup>7</sup> Durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, além da participação da sociedade civil, conforme Bravo (2018) *apud* Teixeira (1989, p. 50-51) foram aprovadas algumas reivindicações para a Constituição no que diz respeito à saúde, entre elas destaco: as ações e os Serviços de Saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle; Constituição do Sistema Único de Saúde, integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade e a participação do setor privado no sistema de saúde deverá ser complementar, preferencialmente com as entidades filantrópicas, sendo vedada a destinação de recursos públicos para a subvenção às instituições com fins lucrativos. Os contratos com entidades privadas prestadoras de serviços far-se-ão mediante contrato de direito público, garantindo ao Estado o poder de intervir nas entidades que não estiverem seguindo os termos contratuais.

A descentralização na política de saúde foi um processo fundamental, que inseriu a participação, prestação e gerenciamento dos serviços de saúde pelos municípios e estados, trazendo, portanto, a adequação das políticas de saúde às especificidades regionais, garantindo a inclusão de todos, reafirmando a importância do controle social em uma perspectiva de luta das classes subalternas, abrindo espaço para o cumprimento dos seus interesses. A redução dos investimentos públicos no setor da saúde só não foi pior pela resistência dos Conselhos de Saúde frente às propostas neoliberais; ainda assim, apesar da luta constante pela manutenção de um sistema de qualidade, o modelo neoliberal incentivou a focalização dos serviços no setor privado<sup>8</sup> com o estímulo do crescimento dos planos de saúde e os serviços médicos enquanto mercadoria.

Quanto à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), de<sup>9</sup> nº 8.742, entra em vigor em 1993, assegurando a assistência como Política de Seguridade não contributiva, visando prover os mínimos sociais (Brasil, 1993). A regulamentação da Loas indicou um novo passo nas políticas sociais, reduzindo a compreensão de caridade e paternalismo através do Estado, sendo a partir desse momento compreendida como direito social que garante o mínimo ao usuário. Esse movimento também idealizou, conforme Rocha (2005), um amplo movimento da sociedade civil organizada, de mobilizações e negociações que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representantes dos serviços de assistência social, aliado à Constituição Federal e seu caráter descentralizador, houve ampla possibilidade da transição do poder decisório — anteriormente restrito ao Governo Federal,

Visando assegurar a descentralização, definem-se mecanismos legais e burocráticos, estabelecem-se parcerias e criam-se estímulos capazes de materializar a nova proposta nas esferas nacional, estadual e municipal. As universidades públicas brasileiras são mobilizadas e o Ministério da Previdência e Assistência Social cria o Protocolo de Intenções que oficializa o compromisso destas instituições de ensino com o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do processo de municipalização (Rocha, 2005, p. 2, grifo nosso).

---

<sup>8</sup> Em 1998 entra em vigor a Lei nº 9.637, Lei das Organizações Sociais, que visa a formação de parcerias entre o setor público e o setor privado não-lucrativo. Em 1999 também entra em vigor a Lei nº 9.790, Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que possuía a mesma lógica da Lei nº 9.637 (Brasil, 1999).

<sup>9</sup> Além da Saúde e Assistência Social, a educação também fez parte dos direitos sociais, dessa forma em 1996 entra em vigor a Lei nº 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).

Dessa forma, as universidades públicas desempenham papel importante na efetivação da descentralização/municipalização das políticas sociais, formalizando os compromissos não só com o ensino, mas também com a promoção de uma abordagem embasada em evidências e conhecimento técnico, contribuindo para fortalecer a governança e a efetividade das ações voltadas à assistência social em todo o país. Essa colaboração entre academia e governo representou avanço significativo na busca por uma gestão mais eficiente e adequada das políticas sociais, visando atender de forma mais eficaz às necessidades da população e promover a inclusão social.

Com base na análise de dados apresentados, considero que a passagem do período da ditadura militar para o retorno da democracia, iniciado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, trouxe uma definição legal de política social baseada na universalidade, integralidade e cidadania, princípios que refletem a luz da sociedade em forma de esperança. Contudo, esse período é rápido, uma vez que é na década de 1990 onde ocorre a maior influência neoliberal nas políticas, conforme citado anteriormente.

No contexto neoliberal, as políticas sociais são diretamente afetadas pelo processo de privatização, principalmente no âmbito da saúde. Além disso, as privatizações e terceirizações apontavam para um país que não garantia a qualidade em seus serviços, tampouco priorizava a garantia dos direitos sociais, conforme imposto na constituição de 1988. A década de 1990 também foi marcada pela regulamentação do terceiro setor, que trouxe o retorno do voluntariado e do assistencialismo no que cerca as políticas sociais.

Assim, verificamos os desafios enfrentados pelas políticas sociais no Brasil na década de 1990, especialmente com a ascensão do neoliberalismo. Veremos a seguir o contexto de Alagoas.

## **2.2 Contexto econômico, político, social na década de 1990 em Alagoas**

Nesta subseção será exposto o contexto econômico, político e social em âmbito estadual e regional, sobre a realidade de Alagoas, especialmente no processo de redemocratização e posterior ascensão do neoliberalismo no país. Esse movimento traz consigo marcos diretos nas modificações produtivas do período, atingindo em massa o modo como a classe trabalhadora estava presente no

mercado de trabalho, compreendendo as influências políticas, econômicas e sociais presente em Alagoas podemos analisar a profissão de Serviço Social no estado e sua forma de atuação frente às expressões da questão social<sup>10</sup>.

Para atingir os objetivos acima citados, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, dissertação de mestrado e artigos científicos que contemplavam a temática de Alagoas. Na pesquisa documental, buscamos fontes sobre a década de 1990, com destaque para a coleta de informações sobre a profissão em Alagoas através da leitura das Atas das reuniões das gestões do Cress 16<sup>a</sup> Região durante a década de 1990. Os dados coletados e sistematizados foram apresentados durante a seção incorporando os dados relacionados ao Cress Alagoas (AL), uma vez que a categoria profissional também tratava do caráter econômico, político e social estadual, sendo assim, a apresentação desses dados caracteriza como a categoria se mobilizava frente aos governos.

Para compreender o contexto econômico de Alagoas é importante situar o período anterior à década de 1990, especialmente a década de 1930, onde a formação econômica regional do Nordeste se dava através da agroindústria açucareira e de álcool, concentradas principalmente em Alagoas e em Pernambuco — contudo, a nível nacional as indústrias se situavam principalmente em São Paulo, onde os polos industriais se destacavam na exportação e na importação. Rocha (2005) afirma em seus estudos que a principal produção em Alagoas é a de cana-de-açúcar, mas havia outras produções, tais como fumo e arroz, além do turismo e indústria, mas que não se destacavam ou possuíam altos investimentos como a cana-de-açúcar, que sempre foi o mais proeminente e influente no estado por causa da oligarquia que se estendia a diversos setores da economia e dominava a política do estado.

Segundo Lopes (2017), a necessidade de modernização faz com que haja uma perda considerável no mercado externo e a produção em 1930 passa a ser direcionada para o mercado interno, a fim de evitar maiores perdas financeiras e de mercadorias. Em 1933 o Sudeste passa a ocupar a maior produção, sendo os

---

<sup>10</sup> A questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por relações de gênero, características étnicos-raciais e formações regionais. (Iamamoto, 2001, p. 16-18).

principais os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais — é válido destacar que esses três estados possuem facilidade de exportação, dada a sua localização geográfica. Dessa forma, o mercado externo é realizado por meio da produção desses estados, restando ao Nordeste apenas as demandas internas.

Em 1950, há o incentivo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) desenvolvido no governo Vargas, que consiste na destinação de subsídios para os empresários. Lopes (2020) destaca que esse movimento fez com que a relação do Estado com o complexo canavieiro de Alagoas se aprofundasse. Esse período também foi marcado por auxílios com valores em potencial para elevar a produção de açúcar em Alagoas, interferindo diretamente no perfil industrial e fazendo com que houvesse a modificação na dinâmica da agroindústria, sendo necessária uma alteração aprofundada no protótipo que cercava a reestruturação produtiva, mas é importante situar que, em níveis de produção, o estado manteve sem prejuízo seu cultivo de cana-de-açúcar.

Os estudos de Araújo (1997) situam a problemática a nível da região do Nordeste em termos de economia devido ao desenvolvimento industrial tardio. O autor separa ainda o Nordeste em duas fases distintas para justificar a década de 1990, a primeira abrange o isolamento regional e as diversas crises no setor primário-exportador e a segunda abrange a crescente articulação com a região sudeste do país na década de 1940, que tem sua intensificação na década de 1950, através da corrida concorrencial.

Em seus estudos, Carvalho (1993) validou a economia nordestina como assimétrica, assegurando que os estados com maior aquisição financeira saíam na frente com investimentos aos polos agrícolas e industriais. As modificações perpassam inicialmente os estados da Bahia e de Pernambuco, com o desenvolvimento na produção e distribuição da indústria têxtil algodoeira, que crescia no país e principalmente no quesito das exportações, visto que o maior foco de importação se destacava no Sudoeste do país, dada a sua posição geográfica.

Durante a Ditadura Militar, o Brasil vivenciava o discurso do milagre econômico e esse pensamento se fez presente em Alagoas. Com a intensificação da crise do governo militar, o estado de Alagoas realizou um estudo socioeconômico com o objetivo de identificar o perfil do estado durante a passagem dos gestores que apoiavam o governo militar no país,

O balanço realizado pelo próprio governo do Estado em 1983 é um verdadeiro libelo acusatório aos governantes estaduais do período em que o Brasil viveu sob ditadura militar. Depois de duas décadas de “revolução” e “milagres”, 42% da População Economicamente Ativa encontrava-se desempregada ou subempregada; e entre a parcela que estava ocupada, 68% recebia até um salário mínimo; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escola (Carvalho, 1993, p. 23, grifo nosso).

Os dados alarmantes deixam claro que os recursos e discursos milagrosos neste período eram destinados apenas às oligarquias sucroalcooleiras, sem que houvesse uma política destinada aos trabalhadores da área, além de consolidar que as terras eram monopolizadas pelas famílias dominantes à época. Ademais, é importante ressaltar que essas famílias ocupavam cargos políticos não só em nível estadual, mas também municipal e nacional, assegurando-se de apoio e incansáveis investimentos em suas indústrias (Carvalho, 1993).

Para compreender o contexto econômico do estado na transição para 1990, é importante destacar a situação do governo estadual nesse período. Em 1986, período posterior à queda da ditadura e de crise do país, Fernando Collor de Melo é eleito governador de Alagoas, cumprindo seu mandato de 1987 a 1989, quando se afastou para concorrer à presidência da república. Em seu governo estadual, Collor realizou inúmeros acordos com usineiros, declarando seu compromisso com o setor e incitando o aumento do desastre econômico (Santos, 2003). Com a crise contínua, houve a necessidade de que o estado se adequasse ao novo contexto industrial; segundo Lopes (2017), Alagoas enfrentou dificuldades no rompimento com a estrutura de produção na agroindústria sucroalcooleira. Apesar dos incentivos a esse setor,—durante o governo Collor, não houve a entrada de investidores estrangeiros permitindo, portanto, que a agroindústria de Alagoas permanecesse ligada às famílias que mantinham tais atividades secularmente.

De acordo com as pesquisas realizadas por Araújo (1997), dados apontam que Alagoas possuía certo avanço industrial, mas em termos sociais era o estado com as maiores taxas de pobreza extrema, ficando atrás somente do Ceará e de Pernambuco. Os serviços presentes no estado estavam diretamente ligados às atividades com baixa remuneração e sem contratos formais assegurando os direitos desses trabalhadores. O governo estadual de Collor demonstrou a incansável busca pela promoção e reestruturação do setor agroindustrial, garantindo que o acesso à recursos financeiros fosse direcionado apenas à classe oligárquica do estado. Em

consequência, houve a consolidação das desigualdades no quadro de distribuição de renda, concentrando a riqueza na elite alagoana. Para Lira (1997), essa concentração é resultado da diferenciação dos salários pagos pela economia alagoana, da concentração de terra e da ausência de educação de qualidade. Ademais, o autor reforça a centralização do capital como próprio padrão de desenvolvimento.

Ainda segundo Lira (1997), o processo neoliberal em Alagoas seguiu tendências nacionais das políticas econômicas e sociais, marcadas pela privatização, desregulamentação e abertura econômica. Essas políticas tiveram impactos significativos no estado, especialmente na economia, no mercado de trabalho e nos serviços públicos — com uma das principais características desse período tendo sido a privatização de empresas estatais, que visava reduzir a intervenção do Estado na economia e aumentar a eficiência das empresas. E além da privatização, o processo neoliberal em Alagoas também se caracterizou pela flexibilização das leis trabalhistas e pela redução dos investimentos em serviços públicos, como saúde e educação. Isso resultou no aumento da informalidade no mercado de trabalho e na piora dos indicadores sociais, com o aumento da pobreza e da desigualdade social.

Ainda de acordo com Lira (1997), a década de 1990 foi marcada pela crise fiscal brasileira, o que também atingiu o estado de Alagoas, considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU)/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1996, o 2º estado mais atrasado do país. Esse dado é relevante, pois é a partir dele que teremos o perfil dos governantes e suas atuações. Santos (2003) aponta que a referência do perfil econômico do governo estadual de Collor (1986 a 1989) e de seu sucessor, Moacir Andrade (1989-1991), segue até Geraldo Bulhões, que governa o estado de 1991 a 1995. Na nova disputa política, Geraldo é eleito sobre corrupção comprovada e assume um caráter conservador e reacionário, além de ser marcado pela frequência de escândalos domésticos (Santos, 2003, p. 78-79).

Nos anos iniciais da década de 1990 foi possível captar algumas preocupações da categoria no contexto local e nacional, preocupações essas registradas nas Atas do Cress Alagoas. As Atas das reuniões ordinárias de maio de 1991 citam a comemoração ao dia do assistente social nesse mês, com evento em que houve análise da conjuntura política do país e do estado. As Atas do conselho no período do governo Bulhões registram que é marcado pela grande crise do

estado e por muitas insatisfações dos profissionais quanto ao governo. Em uma outra reunião do Cress, realizada em 14 de junho de 1993, encontramos uma nova discussão sobre a mobilização dos profissionais da saúde, com convocação dos médicos para todos os profissionais de saúde, a fim de realizarem greve geral devido à falta de estrutura e de investimentos nos serviços de saúde. Ainda em 1993, houve convocação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a sociedade civil no mês de novembro, a fim de realizar uma mobilização de protestos contra a corrupção nos orçamentos da união (Cress, 1993).

Após o governo Bulhões, houve o retorno de Divaldo Suruagy, que já havia sido governador do estado por dois mandatos, no final da década de 1970 e no início dos 1980. Santos (2003) destaca que esse governo anterior foi de vasta satisfação popular, fazendo com que Suruagy fosse eleito no primeiro turno e com uma quantidade significativa de votos em 1994. Apesar da esperança de melhora no quesito econômico, o estado se encontrava com grande acúmulo de corrupção, o que acarretou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguação das dívidas. Em 1997 houve falência no estado e, após pressão popular, com ação de sindicatos e organizações, o governador solicitou afastamento e foi substituído por seu vice, Manoel Barros, que finalizou o mandato em 1999.

Com o contexto econômico apresentado, faz-se necessário apresentar também as políticas públicas que regiam o estado de Alagoas na década de 1990, além disso, relembrar que nesse período as políticas já estavam inseridas no processo de descentralização. Santos (2003, p. 23-24) aponta esse processo em seus estudos como:

A gestão da assistência social passa a ser descentralizada no que diz respeito à execução financeira e também do ponto de vista político-administrativo, sendo utilizada a municipalização como estratégia de repasse de recursos e delegação de responsabilidades anteriormente assumidas em esferas municipais e federal do governo. Cabe, portanto, aos estados, enquanto unidades federativas intermediárias, coordenar as ações relativas à assistência social em suas áreas de jurisdição.

À vista disso, com a descentralização e municipalização éposta como obrigação dos estados a coordenação e articulação de todos os recursos necessários à efetivação da saúde e da assistência social nos municípios, através

da tríade da Seguridade Social<sup>11</sup>, independente de política e/ou de quaisquer problemas posteriores.

Após a aprovação do SUS, suas diretrizes são implantadas através das Leis Orgânicas de Saúde (LOS) de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que vai dispor das condições para sua devida proteção, em continuidade das suas diretrizes, e nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que garante a participação popular na gestão do SUS. Além disso, no mesmo período foram elaboradas as Normas Operacionais Básicas (NOB), com o objetivo de disciplinar a implementação do SUS e as devidas estratégias a serem adotadas para a sua operacionalização. Conforme citado anteriormente, a descentralização abrange também a política de saúde e em Alagoas o seu desenvolvimento é realizado com base nas leis de operacionalização e gerenciado pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) e os programas, projetos e ou serviços estão ligados a uma coordenadoria com organização hierarquizada (Santos, *et al.*, 2007).

No município de Maceió, o processo de descentralização da saúde foi construído a partir de inúmeros debates e lutas dos movimentos sociais e trabalhadores da saúde, os autores pesquisados destacam que a busca legal pela participação de diversos setores culminou na formulação da Lei Orgânica do Município de Maceió, de nº 3997/90, além disso, a inserção profissional à nível municipal se efetiva através de assessorias técnicas aos profissionais de saúde (Santos, *et al.*, 2007, p. 130). É importante pontuar que a descentralização da política de saúde em Alagoas não seguiu o padrão normativo envolvendo os três níveis de governo, ocorrendo, portanto, o federalismo dual — União e município (Cabral, *apud* Tanajura; Santos, 2005).

Sobre esse período inicial das políticas sociais em Alagoas na década de 1990, foram identificados debates dos/as assistentes sociais nas Atas do Cress nos meses de maio a julho de 1993, onde inicialmente fez-se necessário nomear um profissional para integrar o Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, os debates caminharam para a área psiquiátrica, onde foi identificada necessidade de participação em visitas nos hospitais psiquiátricos do estado e da participação em seminários sobre a temática (Cress, 1993).

---

<sup>11</sup> Conforme a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, a tríade da Seguridade Social é composta por: saúde, assistência social e previdência social.

No âmbito da política de assistência social, no mandato de Divaldo Suruagy (1995-1997) enquanto governador foi instaurado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, no ano de 1995<sup>12</sup>, sendo caracterizado como entidade filantrópica, indo contra as Políticas Sociais aprovadas a nível nacional. Diante dos retrocessos presentes, os profissionais discutiram, em reunião ordinária realizada em fevereiro de 1995 no Cress/AL, a necessidade de implantação de Conselhos de Assistência Social, presente em suas discussões desde 1991, para efetivar a Loas, com a elaboração de seminários para a sua construção. No estado de Alagoas (Cress, 1995), tal solicitação é assegurada um ano após, em fevereiro de 1996, com a criação do Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), através da Lei nº 5.810, que assegurava as definições políticas estabelecidas na Loas, sendo assim,

[...] define como *órgão deliberativo, consultivo, normatizador e fiscalizador da política de assistência social, de caráter permanente e de composição partidária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social, esta o órgão de comando único das ações e Assistência Social no Estado de Alagoas (Art. 1º)* (Santos, 2003, p. 125, grifo do autor).

Em sua dissertação, Santos (2003) aponta ainda que a mesma Lei de nº 5.810 também cria o Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), que deve assegurar as definições da Loas. Contudo, devido a um equívoco legal nas definições das fontes, esse fundo não consegue ser operacionalizado e permanece até dezembro de 2002, quando ocorre sua correção através da Lei nº 6.341. No final da década de 1990, foi criada a Secretaria de Estado de Assistência Social, através da Lei de nº 6.134, consoante à extinção da antiga Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas). Santos (2003) afirma que,

[...] O procedimento de divisão da SETAS visava a multiplicação de espaços políticos para acomodar os interesses que estavam na base de uma crise de governabilidade vivida no estado. Operou-se, à época, uma divisão de recursos entre as duas secretarias, em função do qual o quadro de pessoal (efetivo e comissionado) também foi dividido de modo a atender às necessidades dos dois novos órgãos administrativos (Santos, 2003, p. 104, grifo nosso).

<sup>12</sup> Em Alagoas esse movimento vai de encontro às mudanças propostas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que neste mesmo período incentivava o crescimento de instituições filantrópicas e caritativas através do Programa Comunidade Solidária. Aliado a isso, as atas do Cress/AL (2019) referentes ao ano de 1995 destacam esse período como um grande retrocesso profissional, uma vez que o crescimento das referidas instituições corroborou para a demissão em massa de diversos profissionais do estado de Alagoas e intensificou a dificuldade em implantar e efetivar o que rege a Loas.

Ao final desta seção, observa-se que o processo de formação capitalista do estado de Alagoas esteve focado apenas no setor da agroindústria, sem preparação para as possíveis crises, a falta de organização industrial põe em xeque à realidade da sociedade alagoana, que, por falta de perspectiva no âmbito trabalhista, fora obrigada a realizar um grande movimento de êxodo rural, fazendo com que aumentasse de forma significativa a população na capital e cidades vizinhas, como Viçosa e Atalaia — estas que concentravam os maiores campos de plantio de cana-de-açúcar. Nesse aspecto, as mudanças preponderantes nas políticas públicas sociais em Alagoas estão associadas ao poder partidário, priorizando benefícios pessoais em detrimento das necessidades sociais.

Essas mudanças estão atreladas à redemocratização e à adoção de políticas neoliberais no Brasil, especialmente na década de 1990, que influenciaram significativamente o contexto socioeconômico de Alagoas. A oligarquia que historicamente dominava a economia do estado, especialmente através da agroindústria sucroalcooleira, manteve sua influência durante esses períodos concentrando riqueza e poder político. A falta de diversificação econômica e a dependência da cana-de-açúcar como principal produto agrícola deixaram Alagoas vulnerável às crises e mudanças no mercado internacional. Além disso, houve uma expansão quanto às políticas de privatização, através da desregulamentação e redução do papel do Estado na economia, o que impactou diretamente a classe trabalhadora alagoana. A criação de conselhos e fundos de assistência social foi uma tentativa de garantir a implementação da Loas, mas enfrentou obstáculos legais e políticos que dificultaram sua efetivação.

Em síntese, o contexto econômico, político e social de Alagoas durante a redemocratização, acrescido da implantação do neoliberalismo, evidencia que a classe trabalhadora do estado necessitava de políticas públicas inclusivas e eficazes, que considerassem as particularidades locais e promovessem o desenvolvimento do estado. No que se refere à realidade do Serviço Social, a seção seguinte vai contemplá-la, considerando os contextos apresentados a nível nacional e estadual na década de 1990, destacando as particularidades da profissão e mercado de trabalho no estado de Alagoas, dando continuidade à apresentação dos dados obtidos através das pesquisas bibliográficas e documental, especialmente os dados coletados no Cress/AL.



### **3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990 E AS PARTICULARIDADES DA PROFISSÃO EM ALAGOAS**

Nesta seção será apresentada a configuração da profissão de Serviço Social no contexto brasileiro e alagoano durante a década de 1990, marcada por diversas modificações nos âmbitos econômico, político e social. Essas mudanças são combinadas com avanços e contradições, dado que ocorre a intervenção do Estado frente às políticas sociais regulamentadas através da Constituição Federal de 1988, já em um contexto de avanço do neoliberalismo, com a insuficiência do financiamento devido à redução de gastos e à priorização da privatização e da filantropia.

Para compreender o Serviço Social, é essencial entender a raiz da profissão e como os contextos histórico-social, político e econômico moldaram a sua trajetória. Ao acompanhar o desenvolvimento histórico, podemos analisar as modificações na formação e na prática profissional de forma minuciosa — modificações que vão resultar no contexto profissional presente na década de 1990, dessa forma, apresentamos os aspectos importantes da sua gênese até a referida década.

#### **3.1 Antecedentes históricos do Serviço Social no Brasil e em Alagoas**

A gênese do Serviço Social está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico do país, através da modernização, da urbanização e da expansão da doutrina social da Igreja Católica. As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas por um amplo processo de industrialização e de urbanização acelerada. Esse movimento foi impulsionado pela lógica do capital financeiro que modifica a economia agrária para a urbana e industrial, sendo assim, dada a necessidade capitalista da compra das forças de trabalho, ocorreu alto índice de migração da população rural para os grandes centros urbanos. Esse deslocamento acentuado resultou no crescimento desordenado das cidades e, por conseguinte, na inserção das forças produtivas em ambientes hostis e periféricos (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Com o enxugamento do Estado frente às expressões da questão social, a Igreja Católica passou a realizar parte dos atendimentos das demandas sociais no Brasil com base em sua doutrina social. A partir de um viés caritativo e

assistencialista, a Igreja se limitou a buscar uma solução imediata e individual, a qual não resolvia a problemática, uma vez que não ocorreu nenhum movimento de mudanças na estrutura social capitalista. O início do século XX foi marcado pela Doutrina Social católica, baseada nas encíclicas *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII de 1891, e na *Quadragesimo Anno*, de Pio XI de 1931<sup>13</sup>, que influenciou toda a Europa e consequentemente o Brasil. A Igreja Católica passa a atuar de forma organizada no enfrentamento da chamada questão social através da caridade e da filantropia, processo em meio ao qual o Serviço Social vai surgir em Amsterdã no continente europeu em 1899 e depois na América Latina.

Iamamoto e Carvalho (2014) observam que com o avanço industrial e da urbanização desordenada, além da intensificação das desigualdades sociais, houve uma mudança crucial no meio fabril. O aumento da jornada de trabalho, as condições insalubres dos espaços de trabalho e o baixo poder aquisitivo dos salários afetaram o cotidiano do trabalhador, trazendo a necessidade de inserção de mulheres e crianças no ambiente de trabalho. Diante dessa realidade, os trabalhadores se organizaram em Ligas Operárias — o que posteriormente deu origem às Sociedades de Resistência e Sindicatos — e realizaram mobilizações a fim de melhorias nas condições de trabalho e proteção social. Os autores destacam que esse movimento introduziu o debate público e político para o atendimento das demandas, além disso, na década de 1920 ocorreu a aprovação de medidas importantes para a proteção do trabalho, sendo conhecida como Leis Sociais (Iamamoto; Carvalho, 2014). Embora importante, a legislação não abrange todas as formas de trabalho, se limitando a setores não industriais.

Ainda conforme Iamamoto e Carvalho (2014), nesse período a Igreja Católica se inseriu no movimento especializado nas Ações Católicas, que compreendia a necessidade de reconciliação do Estado e do proletariado. O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (Ceas) surgiu em 1932 nos âmbitos de atenção e educação à família, nos centros para estímulos dos jovens e mulheres que buscavam a fé (Iamamoto; Carvalho, 2014). Em 24 de dezembro de 1935 foi

---

<sup>13</sup> Iamamoto (2014, p. 50-52) traz as concepções das duas encíclicas, sendo destacado que a *Rerum Novarum* visava estabelecer uma visão cristã das relações sociais, onde a justiça social é central, sem a necessidade de rompimento com a ordem capitalista, enquanto a *Quadragesimo Anno* propõe uma reorganização da sociedade com base nos princípios de solidariedade e subsidiariedade, portanto, ela se concentra na crítica do poder econômico e das intervenções do Estado, sendo sugerido um equilíbrio da justiça social com a manutenção da ordem.

criada a Lei nº 2.947, que instituiu o primeiro Departamento de Assistência Social do Estado no país, sendo sua funcionalidade

a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 185, grifo nosso).

As primeiras escolas de Serviço Social surgem no Brasil a partir da década de 1930, nos grandes centros industriais, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, e se expandem nas décadas de 1940 e 1950. Nesse primeiro momento da profissão, apesar de haver homens, ela foi composta majoritariamente por mulheres. Em 1936 ocorreu a fundação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, sendo a primeira a existir no país — esse marco não pode ser ligado apenas ao Movimento Católico Laico, também pela existência de demandas do Estado. Em seguida, as escolas passaram pela transição para o Departamento de Serviço Social (DSS) e em 1940 ocorreu a formação dos primeiros profissionais especializados com áreas de intervenções no Estado, apesar de a formação ter seguido a doutrina religiosa, esse período marcou a mercantilização do trabalho dos profissionais técnicos que se englobaram na divisão social-técnica do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Esse período inicial do Serviço Social no Brasil corresponde ao governo ditatorial sob comando de Getúlio Vargas, iniciado em 1930 e chamado de Estado Novo. Dentre várias modificações na legislação para que pudesse atender ao desenvolvimento do capitalismo no país, o Estado passou a considerar a questão social e a elaborar leis reguladoras das relações de trabalho e que atendessem a alguns direitos dos trabalhadores, como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Isso também promoveu a criação de várias instituições sociais nas quais as medidas sociais de proteção ao trabalho foram se implementando, contraditoriamente num contexto ditatorial que só foi superado a partir de 1945.

Entretanto, Vargas não havia abandonado a cena política, pois na década de 1950 volta ao poder, eleito pelo povo. O início do novo governo Vargas em 1950 deu continuidade ao desenvolvimento industrial e estatal, o que promoveu uma

expansão no mercado de trabalho e consequentemente aumentou a demanda dos serviços de assistência, que necessitou da presença de trabalhadores sociais especializados, como efeito, houve uma ampliação dos Departamentos de Serviço Social no país.

Em Alagoas, na década de 1950, a Ação Católica desempenhou atuação tardia em relação aos demais estados brasileiros, que se encontravam ativos desde as primeiras décadas do século XX. A ação social da igreja é incrementada para enfrentar o crescimento populacional e o agravamento das expressões da questão social, o que abriu espaço para a presença de líderes religiosos na esfera pública. As iniciativas para a instauração do DSS no estado se deram em meados de 1952, e em 1955, por não haver pessoas com formação técnica especializada em Alagoas, a primeira-dama Leda Collor, ao ser nomeada diretora da Legião Brasileira de Assistência (LBA), iniciou os primeiros contatos com a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, que disponibilizou um curso sobre os mecanismos de abordagens aos problemas sociais. A aprovação do Ministério da Educação para o funcionamento do curso no estado se deu em 1957 (Costa, et al. 2017).

No aspecto nacional, a transição para a década de 1960 foi considerada um dos marcos profissionais da institucionalização, pois nesse período passou a existir a compreensão para além dos campos doutrinários e a busca pela ruptura com o tradicionalismo, aliada à utilização de técnicas profissionais mais avançadas. Em outros países da América Latina ocorreu o chamado Movimento de Reconcepção, mas no Brasil, após a instauração do Golpe Militar em 1964, essa busca foi adiada, de modo que a profissão vai se modernizar no país numa perspectiva conservadora, buscando atender às requisições de ampliação no mercado de trabalho.

Netto (2015) avalia que no referido período o Estado assume papel central na promoção do desenvolvimento econômico, com a adoção de práticas modernizadoras e industrializadoras, e destaca que o período da Ditadura Militar foi o maior marco desse ciclo, uma vez que todas as demandas populares foram silenciadas e reprimidas, consolidando uma estrutura de poder excluente e autoritária. Os profissionais também não possuíam espaço para propiciar o novo e nesse mesmo viés de repressão é que ocorre a ampliação crítica das universidades através da pesquisa acadêmica e da interação intelectual, que só conseguiram se consolidar e expandir posteriormente com a permissão da conjuntura política através da ruptura militar, que se tornou produto universitário do ciclo autocrático.

O processo renovação do Serviço Social no Brasil, no curso da autocracia burguesa, de acordo com Netto (2015), processa-se em três direções diferenciadas — Modernização conservadora, Reatualização do conservadorismo e Intenção de ruptura —, sendo uma delas a que permite a renovação crítica da profissão a partir da década de 1980. As duas primeiras vertentes estavam diretamente ligadas ao período vivenciado, com a categoria profissional inserida na frente das demandas do Estado; somente com a crise da ditadura é que ocorreu este processo da intenção de ruptura, em que o autor também aborda a inserção do pluralismo na profissão (Netto, 2015).

Desde a perspectiva modernizadora, houve uma ampliação e a consolidação do mercado de trabalho e, dadas as condições sociopolíticas, passou a existir um novo padrão de exigências profissionais (Netto, 2015). É ainda nesse contexto que ocorreu a erosão do Serviço Social tradicional para a abertura de uma dimensão técnico-racional; ademais, Netto (2015) destaca uma expansão no curso superior, que passou a ser ofertado de forma pública e privada, destacando que em 1960 havia 1.289 estudantes e que em 1971 o total sobe para 6.352, dando-se a aproximação com disciplinas vinculadas às Ciências Sociais, à Antropologia e à Psicologia Social.

Para o Serviço Social, a década de 1970 também foi marcada pelo processo de laicização. Trindade (2014, p. 26) aponta que as condições impostas pela ditadura facilitaram um viés tecnocrático e asséptico nas disciplinas incorporadas, bem como incentivaram os profissionais a assumirem os rumos desenvolvimentistas das políticas sociais brasileiras. Em Alagoas, o processo de laicização ocorreu quando o curso foi inserido na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 1972 e suas alterações foram realizadas em conjunto com a Arquidiocese de Maceió, levando ao fechamento efetivo da Escola de Serviço Social Padre Anchieta<sup>14</sup> (Costa et al., 2017).

O final da década de 1970 foi marcado por um dos principais avanços do Serviço Social e sua formação profissional, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, que ficou popularmente conhecido como Congresso da Virada, por causa da sua influência na definição de uma nova direção política, rompendo com o conservadorismo, mantendo o marxismo e o compromisso

---

<sup>14</sup> É válido enfatizar que apesar da escola estar inserida nos aspectos Católicos, ela se posicionou contra o governo militar (Costa et al., 2017).

com as classes subalternas. Além desse momento, temos a XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (Abess), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), que aprova o novo currículo mínimo em 1982 (Abreu, 2016).

Resulta de todos esses pressupostos a seguinte proposta do Currículo Mínimo: a Área Básica, composta pelas disciplinas: Filosofia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social; e pelas disciplinas da Área Profissional: Teoria do Serviço Social Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento da Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social (Rocha; Torres, 2017, p. 114, grifo nosso).

Esse novo formato de currículo também integra as disciplinas complementares sobre os Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física, além do Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, conforme os estudos apresentados por Rocha e Torres (2017), assegurado pelo Parecer do Ministério da Educação e Cultura de nº 412 de 1982, o curso teria duração mínima de 2.700 horas e tempo médio fixado em 4 anos. Na Ufal, o novo currículo foi implantado em 1984 e esse processo exigiu mais capacitação docente, visto que a formação profissional estava se redirecionando para a renovação crítica, superando o currículo de cunho funcionalista implantado na laicização em 1972. Assim, foi realizado o curso *lato sensu* sobre Metodologia do Serviço Social, ainda na década de 1980, no Departamento de Serviço Social da Universidade.

De acordo com Iamamoto (1993), os primeiros registros de pós-graduação *stricto sensu* no país são de meados de 1972 e se ampliam em 1980, com a criação de pelo menos seis cursos de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ademais, é importante trazer que ainda em 1975 foi elaborado o I Plano de Pós-Graduação, que visava uma melhoria na qualidade da formação, tendo como principal diretriz a institucionalização do sistema e o planejamento da sua expansão, conforme as pesquisas de Baptista e Rodrigues (1992, p. 110-111), o plano estabeleceu as seguintes funções para o pós-graduado: formação de professores pelo magistério universitário; formação de pesquisadores para o trabalho científico; e preparação de profissionais de nível elevado.

As primeiras pós-graduações estavam localizadas na região sul do Brasil, movimento similar ao surgimento da profissão no país. No âmbito do nordeste, as primeiras turmas de mestrado surgiram na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), respectivamente, nos anos de 1978 e 1979. Baptista e Rodrigues (1992) apontam que, dez anos após o surgimento dessas turmas na região nordeste, o Curso de Doutorado foi implantado em 1981 na PUC-SP e o próximo Curso de Mestrado iniciado na Universidade Federal de Brasília em 1990. Segundo Amaral (et al. 2017), Ramos e Santos (2016), esse processo de ampliação das pesquisas no Serviço Social contou com o apoio e a realização de encontros de pesquisadores pela Abess e pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social (Cedepss). Os encontros buscavam incentivar a criação dos programas de pós-graduação em níveis *stricto* e *lato sensu* no país.

Acerca da Pós-Graduação em Alagoas, a Ufal já demonstrava uma tendência de necessidade quanto à pesquisa, sendo compreendida como meio de qualificar os profissionais, especialmente os inseridos na DSSO. Em nível nacional, as Pós-graduações estavam inseridas na região sul; dada a necessidade de capacitação dos profissionais inseridos na Ufal, ainda na década de 1980 fora autorizado o afastamento destes profissionais docentes para que se qualificassem no mestrado em Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro (RJ) (Amaral et al., 2017).

A primeira iniciativa para implantação da Pós-graduação em Alagoas se deu na segunda metade da década de 1980, com a aproximação do curso à Abess, de modo que ocorreu a criação do 1º curso *lato sensu* em Metodologia em Serviço Social. Apesar de neste momento ser apenas ofertado em caráter de especialização, o movimento demonstra o compromisso docente e institucional com a formação profissional.

Maria Lúcia Barroco (2010), em seus estudos sobre os fundamentos da Ética e Serviço Social, destaca que a orientação da formação crítica e o compromisso com as classes subalternas influenciam também na reelaboração do Código de Ética profissional em 1986, que buscou garantir a ética profissional objetivadora da nova moralidade. Os avanços vivenciados nos aspectos políticos e sociais levam à promulgação da Constituição Federal de 1988, com a garantia dos direitos sociais e a efetivação do retorno da democracia no país.

Portanto, nota-se que a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil reflete seu vínculo com as transformações econômicas, sociais e políticas do país, desde as suas raízes assistencialistas — influenciadas pela doutrina social da Igreja Católica — até o seu posicionamento enquanto profissão crítica e comprometida com as demandas sociais. Ademais, esse percurso demonstra o desenvolvimento profissional em meio às contradições do sistema capitalista, buscando sempre superar sua base conservadora e ampliar sua atuação através da formação acadêmica e da luta pelos direitos sociais.

Na próxima seção também serão apresentados os dados relativos à formação profissional, o trabalho profissional e as análises de conjuntura nacional e local identificadas nas Atas do período de 1990 até 1999, localizadas no Cress/AL. Aliado a isso, serão expostas análises referentes às demais fontes pesquisadas, que tratam da atuação profissional dos assistentes sociais no Brasil e em Alagoas.

### **3.2 Particularidades do Serviço Social em 1990: aspectos históricos sobre a formação e sobre o mercado de trabalho profissional**

Nesta subseção serão apresentados os resultados das pesquisas bibliográfica e documental, que possibilitaram caracterizar as particularidades do Serviço Social na década de 1990, no Brasil e em Alagoas. A pesquisa indicou as seguintes temáticas a serem abordadas: I. Formação Profissional e Organização Política e II. Descentralização e Mercado de Trabalho.

A partir das mudanças no âmbito social e com a definição dos direitos sociais referentes à Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), Trindade (2014) aponta que essas políticas são campos privilegiados para atuação do Serviço Social, além disso, ressalta que, apesar desse movimento crescente dos campos de atuação, o período é marcado pela diminuição dos gastos públicos sociais. Embora esse movimento seja contraditório para a profissão, é totalmente condizente com o perfil neoliberal instalado durante o governo Collor, sendo necessário enfatizar que os avanços presentes na década de 1990 foram iniciados ainda na década de 1980, especialmente a partir de sua segunda metade. Enquanto profissão, cabe aqui enfatizar que, durante a década pesquisada, os principais campos de atuação dos profissionais eram a saúde e a assistência social, conforme as pesquisas documentais realizadas nas Atas do Cress 16<sup>a</sup> Região.

O período pesquisado representou avanços na formação profissional, com a reformulação do currículo aliada à aprovação da Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão no país e que alterou a nomenclatura do Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras) para Conselho Regional de Serviço Social (Cress), enquanto o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), passou a ser Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (Brasil, 1993). Em julho de 1993, o Cras/AL recebeu um Ofício do CFAS oficializando as mudanças das nomenclaturas e respectivas siglas, que são utilizadas até os dias atuais (Cress-AL,1993).

Durante as pesquisas foi possível identificar que, nos campos de atuação da área de assistência social na década de 1990, os profissionais do estado de Alagoas enfrentaram dificuldades no processo de ruptura com o assistencialismo, uma vez que os governantes do estado buscaram inseri-los em instituições filantrópicas, de acordo com as Atas de 1994 (Cress,1994). A criação do Conselho de Comunidade Solidária por FHC serviu como protótipo para a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, por Divaldo Suruagy.

Ademais, para entender o contexto da década de 1990 é necessário salientar que na década anterior ocorreu o avanço das pesquisas, o novo currículo mínimo e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que passa a assegurar a Seguridade Social através das políticas públicas sociais, o que vai possibilitar mudanças nas políticas sociais onde assistentes sociais viriam a atuar na década de 1990. Aliado a isso, o início dos anos de 1990 fora marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, como a redemocratização ainda recente e os seus impactos positivos no tocante à ampliação dos direitos sociais. Entretanto, no aspecto econômico o país seguia com a hiperinflação e os desequilíbrios fiscais seguidos de promessas falidas pelo então presidente Fernando Collor, ademais, cabe destacar que o período fortalece os movimentos sociais e a sociedade civil em busca dos seus direitos.

Em Alagoas o cenário não se diferenciava do nacional, é importante recordar que Fernando Collor é natural do estado e o seu *impeachment* afetou a elite alagoana. Ademais, o estado viveu durante este período a grande crise econômica ligada ao setor sucroalcooleiro, o aumento da pobreza e problemas de infraestrutura que reforçaram as expressões da questão social na região. Dessa forma, é possível perceber que os problemas políticos, sociais e econômicos perpassaram todo ambiente nacional (Lira, 1997).

De acordo com Cabral (2019), no início da década de 1990, o governo Collor desencadeou um novo padrão para o ensino superior no Brasil, ademais, a autora afirma que esse processo demonstra de forma intensa a busca pela privatização do ensino superior, que o levou a elaborar seis medidas para atender essas necessidades, sendo a primeira a autoria da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 56/91, que tratava da “Abertura da Economia Brasileira e Modernização das Universidades”; a segunda tratava de uma PEC elaborada pelo Ministro da Educação José Goldemberg, que possuía como objetivo a retirada dos servidores públicos inseridos na educação; a terceira refere-se à Lei nº 8248/91, que se trata da Lei de Informática para o fim do protecionismo da indústria nacional de computadores.

No que se refere à quarta medida, está aborda a extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Enquanto a quinta medida consistiu na redução de investimentos na educação, que pela constituinte deveria ser de 18%. A sexta e última medida diz respeito ao favorecimento da expansão de cursos superiores privados, o que causava divergências entre o Poder Executivo e o CFE<sup>15</sup>. Após a saída de Collor da presidência, o processo de privatização da educação superior seguiu ganhando força no governo Cardoso, onde foi introduzido pelo Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (Geres), através do Ministério da Educação e assegurado legalmente pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, onde foi realizada a distinção entre universidades e centros universitários (Cabral, 2019).

No contexto local, em 1990 a Ufal aprova a Resolução nº25/90 do Cepe/Ufal de 1990, que coloca a necessidade de revisão da estrutura da Universidade e dos currículos. O curso de Serviço Social da Ufal estava participando do debate nacional sobre formação profissional e passou a discutir sobre a “concepção de profissão”, a “relação teoria e prática” e a “prática profissional e estágio curricular”, considerando a revisão para conhecimento das demandas para a formação profissional. Naquele momento, o currículo mínimo implantado a partir de 1982 estava sendo avaliado,

---

<sup>15</sup> O CFE era o órgão responsável pelo reconhecimento e credenciamento de cursos superiores. Foi extinto pelo governo Itamar Franco, após denúncias de corrupção e tráfico de influências, sendo criado o Conselho Nacional da Educação (CNE), com caráter meramente consultivo e de assessoramento do Ministério da Educação (MEC), ampliando o poder de ação do Ministério quanto ao favorecimento em relação à expansão do setor privado (Cabral, 2019 *apud* Pereira, 2007, p.195).

buscando melhorias que na Ufal foram contempladas no projeto pedagógico de 1993. Entretanto, esse período coincidiu com o debate para a construção das Diretrizes Curriculares, exigidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Além disso, o então Cress realizou diversas reuniões ordinárias e extraordinárias, a fim de tratar acerca de temáticas importantes para a profissão em níveis nacional e estadual — é válido salientar que essas reuniões foram sistematizadas em Atas. Portanto, em relação a essa possibilidade de modificação no Currículo da graduação na Ufal, os membros da época, no mês de julho de 1993, levaram o debate da importância da participação efetiva do conselho nessas modificações.

Com o processo de discussão ainda acontecendo, o Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (Cepe) da Ufal estabeleceu o regime seriado; no mesmo ano, a Resolução nº 1/93 do Cepe/Ufal definiu normas gerais para o regime seriado dos cursos de graduação (Rocha; Torres, 2017, p. 117). Quanto ao regime seriado, cabe pontuar que este passa a seguir as exigências da própria Ufal e do movimento nacional de implementação do currículo mínimo. Ainda,

Do currículo pleno desse projeto pedagógico de 1993, em sua parte obrigatória, fazem parte as disciplinas de abrangência generalista como: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia Política, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social. E as disciplinas específicas da formação em Serviço Social: Fundamentos do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional e Serviço Social e Planejamento Social. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) correspondia a uma disciplina de 60 horas/aula. Já o estágio obrigatório supervisionado requeria 360 horas de atividade em campo de estágio, com supervisão acadêmica de um professor e supervisão de campo de um assistente social. Para educação física, 30 horas/aula. Havia ainda a parte flexível obrigatória com 150 horas, totalizando 3.300 horas/aula para a formação em Serviço Social (Rocha; Torres, 2017, p. 117-118).

Esse novo formato acrescenta 600 horas/aula no currículo, levando em consideração o currículo mínimo aprovado em 1982 e implantado pela Ufal em 1984. No tocante às mudanças na conjuntura, os debates sobre uma nova revisão curricular são retomados também a nível nacional. Sendo assim realizados os debates em 1994 sobre a deliberação ocorrida durante a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), em

Londrina, no ano de 1993, onde determinou-se a necessidade da revisão do currículo mínimo de 1982. Ou seja, com a revisão do currículo nessa perspectiva de indissociabilidade a Universidade busca garantir que este esteja adequado às mudanças no contexto histórico-profissional, assegurando e reafirmando a dimensão política e técnico-operativa, formando profissionais competentes no pensamento crítico.

Encontramos em ata de reunião do Cress Alagoas em novembro de 1994 mais alguns registros sobre o debate acerca da formação profissional, quando os profissionais presentes na reunião ordinária retomam o debate sobre a Matriz Curricular do Departamento de Serviço Social (DSSO-Ufal)<sup>16</sup> e elaboram uma comissão, sendo pontuada a importância desta ser composta por profissionais com conhecimento acerca das demandas da categoria, bem como do mercado de trabalho, uma vez que havia uma crítica pertinente aos profissionais inseridos no DSSO — onde o Cress identificava uma distância entre a formação profissional e a realidadeposta.

Em nível nacional, sob uma nova formulação do currículo, em 1996 ocorreu a elaboração do documento intitulado “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”, posteriormente reorganizado e publicado pela Abess com o título “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social”. Nele a Abess (1997) destaca que as mudanças são necessárias para a reafirmação do trabalho com as mudanças identificadas nos padrões de acumulação e regulação social. Rocha e Torres (2017) afirmam que o novo projeto estava fundamentado em princípios que atribuíram a flexibilidade dos componentes curriculares e rigoroso trato teórico metodológico, assegurando o pluralismo teórico e a ética como elemento transversal.

No tocante da nova formulação do currículo, foram construídos 11 princípios para o projeto de formação profissional que definiram as seguintes diretrizes curriculares, *in verbis*:

- 1.apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- 2.investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de

---

<sup>16</sup> Atualmente Faculdade de Serviço Social (FSSO-Ufal).

apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

4. apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

5. exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (Abess, 1997, p. 62, grifo nosso).

As diretrizes curriculares expressam em suas mudanças as alterações nos padrões sociais efetivadas pelo modelo de produção capitalista e a exigência de um novo redimensionamento na formação profissional. Além disso, entendendo a necessidade de efetivação do novo projeto de formação profissional, também foram definidos 3 núcleos temáticos de fundamentação, que são eles:

1. núcleo de fundamentos teórico-metodológicos;

2. núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;

3. núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (Abess, 1997, p.63, grifo nosso).

Os princípios aliado às diretrizes e aos núcleos temáticos vão garantir que haja uma construção permanente e indissociável, assegurando os padrões de qualidade da formação profissional. Ademais, assim como os avanços mencionados anteriormente, referentes à formação profissional na graduação, a pós-graduação também foi contemplada. Em 1990 há o V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, que buscava adequar o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), conforme o contexto vivenciado pelo país, dessa forma, o IV PNPG foi elaborado e contemplou os seguintes eixos:

- os princípios de autonomia e flexibilização institucional, para permitir a internalização da Pós-Graduação: cada Universidade chamando a si a responsabilidade da gestão do sistema e propondo modelos abertos próprios à sua vocação específica;

- a flexibilização das normas e modelos, tanto externos quanto internos: a regulamentação externa à Universidade deve ser mínima e estritamente referencial, de modo a garantir a unidade na diversidade. A

passagem direta graduação/PÓS-GRADUAÇÃO, mestrado/doutorado, aproveitamento de créditos, criação de alternativas à dissertação, articulação com a especialização, podem constituir alternativas de flexibilização;

- a suspensão da obrigatoriedade da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros;
- a maior agilidade no sistema de credenciamento;
- a otimização do sistema em termos de mudança de nível acadêmico do aluno (computando tempo de mestrado para doutorado, por exemplo) e criação de modelos alternativos e/ou complementares de pós-graduação como consórcios, cursos fora da sede e de programas de cooperação inter-institucional;
- a mudança da estrutura dos cursos, substituindo créditos de disciplinas por créditos de atividades, diminuindo o número de créditos obrigatórios, criando programas mais personalizados, incorporando estudantes em grupos de pesquisa, valorizando a figura do orientador, buscando combater o conservadorismo e cooperativismo;
- o estímulo aos programas de iniciação científica, em conjunto com a graduação;
- a preocupação com a perspectiva multidisciplinar;
- a manutenção do atual modelo de avaliação, referencial e classificatório, constituído e mantido pela CAPES, no qual o julgamento dos programas é feito por seus pares, indicados pela comunidade científica, que pela sua regularidade, tem assumido um papel de ponto de referência e de subsídios;
- o desencadeamento de um processo permanente de reflexão e aperfeiçoamento do sistema, de forma a responder com agilidade às mudanças nas estruturas dos cursos e à criação de modelos alternativos. (Baptista; Rodrigues, 1992, p. 111-112).

Os princípios aprovados pelo IV PNPG foram cruciais para a Pós-graduação no âmbito do Serviço Social, uma vez que se alinhavam às demandas sociais presentes no respectivo período, além disso, pontuam a necessidade de autonomia das instituições frente ao ensino pós-graduado, trazendo para si suas especificidades e especialmente o que cerca a questão regional. A flexibilização do currículo aborda também a importância de se trabalhar a pesquisa juntamente com a graduação, ampliando os horizontes e incentivando a continuidade das pesquisas científicas no Serviço Social (Baptista; Rodrigues, 1992).

Na década de 1990, nos programas *stricto sensu* integrantes do Cadastro Geral dos Cursos – Capes<sup>17</sup>, fora identificado durante a pesquisa de Abreu e Simionatto (1997) que, do início da década de 1990 a 1996, o registro de 334 pesquisas, sendo 44% destas concluídas e 55% ainda em desenvolvimento. Essas pesquisas eram distribuídas da seguinte forma: o Norte e o Nordeste apresentavam 11% cada; o Centro-Oeste, 6%; o Leste, 25%; o Sul I, 27%; o Sul II, 20%.

---

<sup>17</sup> De acordo com Baptista e Rodrigues (1992), na década de 1990 cerca de 50% dos alunos de mestrado e 90% dos alunos do curso de doutorado possuíam bolsas de estudo disponibilizadas pela Capes.

Com os maiores índices de pesquisa sendo realizadas no Sul e no Leste do Brasil, têm-se como característica principal a disponibilização das primeiras pós-graduações do país, que foram em São Paulo e no Rio de Janeiro, se expandindo somente durante a década de 1980. Quanto aos eixos temáticos pesquisados a nível nacional, os principais são: Estado e políticas sociais; Relações sociais e questão social; formas de organização da sociedade civil; práticas sociais; trabalho; prática e formação profissional do Serviço Social; e Fundamentos do Serviço Social. (Abreu; Simionatto, 1997, p. 118-119).

O processo de inserção da pós-graduação na Ufal tem seu início a partir do avanço expressivo das produções de conhecimento científico de boa qualidade, através das especializações em Seguridade Social. Identificamos em reunião do Cress/AL em novembro de 1992 uma discussão acerca da possibilidade de trazer uma extensão da pós-graduação da UFPE para a Ufal (Cress, 1992). O intercâmbio de mestrado entre as universidades contemplou duas turmas na década de 1990, onde a primeira formou oito mestres em Serviço Social entre 1994 e 1998, e a segunda dez, no período de 1998 a 2001. Em 2000 foi criado o Mestrado Interinstitucional Ufal/UFPE, que concluiu a diplomação de 13 mestres em 2003, e em 2004 ocorre a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/Ufal) (Amaral, et al. 2017).

Feita a exposição acerca da formação profissional, trataremos agora sobre alguns aspectos relativos ao mercado de trabalho profissional na década de 1990. Os dados sobre a área de atuação profissional são apresentados com base nas pesquisas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, compreendendo as particularidades e o perfil profissional desse período.

As garantias constitucionais sobre o tripé da Seguridade Social asseguraram ordenamentos legais para expansão de um mercado de trabalho nas Políticas Sociais. Contudo, o neoliberalismo adotado nos governos da década de 1990 trouxe dificuldades nesse campo, principalmente com a diminuição das verbas destinadas àquelas políticas, o que as afeta diretamente em sua funcionalidade. Contradictoriamente, durante a década de 1990, várias políticas sociais foram regulamentadas, assim como o ordenamento profissional do Serviço Social também foi alterado, com mais garantias de direitos.

Foram encontrados registros nas Atas do Cress de debates em Alagoas sobre a elaboração do novo Código de Ética e sobre a regulamentação da Loas no início

da década de 1990. Foram montadas comissões para debates no Cras/AL, que serviram para análise e sugestões de modificação do Código de Ética de 1986. As reuniões ocorridas entre 1990 e 1993 socializaram os encaminhamentos sugeridos pela comissão para o Conselho Federal de Serviço Social (Cress, 1990).

Segundo a Lei nº 8662 de junho de 1993, que se refere à Regulamentação profissional no Brasil e define as regras e os espaços de atuação, chamo atenção para o Art. 4º, que cita as competências do/a assistente social, *in verbis*:

- 
- I - elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
  - II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
  - III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
  - IV - (Vetado);
  - V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
  - VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
  - VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
  - VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
  - IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
  - X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
  - XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (Brasil, 1993).

Todos os incisos do Art. 4º referem-se às principais competências do/a assistente social, além de assegurar que o profissional esteja inserido em diversos meios da sociedade, como deixam claro os incisos I, II e V. Além disso, é possível identificar que em todas as competências estão inseridos os planejamentos, a organização e a execução, seja ela frente às Políticas Sociais diretamente ou em atendimento — ou seja, nessa perspectiva é identificável que o/a profissional não pode agir de forma isolada e imediatista.

Conforme apresentado nas seções anteriores e reforçado no início desta, o neoliberalismo passa a sucatear as políticas sociais, diminuindo os recursos financeiros e o acesso dos usuários. Trindade (2014) aponta que o Serviço Social

está intrinsecamente ligado aos processos de mudança na esfera da produção e reprodução no Brasil, além disso, a autora recorda a fragilização das condições institucionais para a ação profissional devido à precarização da infraestrutura institucional, com a ausência de recursos humanos, materiais e financeiros. A pesquisa elaborada por Silva (1999), que trata especialmente do estado de São Paulo e do mercado de trabalho para o Serviço Social, também reforça a discussão de Trindade (2014), uma vez que aponta as fragilidades presentes na infraestrutura e na falta de corpo profissional.

A ineficácia orçamentária do Estado neoliberal para com a Seguridade Social ocasiona uma diminuição no campo de trabalho profissional, contudo, Trindade (2014) destaca que nesse período ocorrem os processos de descentralização e municipalização, que abrem novas possibilidades profissionais. Além disso,

A municipalização de algumas políticas sociais é parte da estratégia estatal no sentido de constituir um modelo descentralizado para gestão das mesmas, ainda que este não esteja consolidado, visto que há uma larga distância entre a regulamentação e a definição legal e sua implementação. Mesmo assim, nota-se uma ampliação de ofertas de serviços de saúde e assistência social no âmbito municipal, o que tem requerido a participação de assistentes sociais, especialmente na montagem das estruturas institucionais e na mobilização da sociedade civil para a constituição dos Conselhos de acompanhamento dessas políticas, especialmente as de saúde, assistência social e infância e adolescência. Esse processo de municipalização pode explicar a tendência de interiorização da demanda pelo trabalho do assistente social, que se inicia dos anos 1990 e se intensificará na década seguinte. (Trindade, 2014, p. 32 -33).

Apesar de a expansão de políticas sociais na década de 1990 iniciar uma ampliação dos espaços a serem preenchidos pelos/as profissionais, há ainda um movimento na ampliação da precarização do trabalho e principalmente das condições de trabalho. Silva (1999) destaca que,

No mercado de trabalho, o Assistente Social está sujeito a duas ordens de determinações históricas: - a) **uma estrutural**, segundo a qual a sociedade impõe ao Serviço Social certa condição na divisão social e técnica do trabalho ao requisitar da profissão a prestação de serviços relacionados à reprodução social. (...) - b) **outra conjuntural**, segundo a qual os Assistentes Sociais estão sujeitos às oscilações e mudanças no mundo do trabalho, que afetam os trabalhadores em geral (Silva, 1999, p. 7-8, grifos do autor).

Ou seja, a profissão é moldada nos aspectos estruturais e conjunturais. No que cerca os aspectos estruturais, a profissão deve atuar junto à reprodução social,

exercendo a promoção do bem-estar social e lutando junto à sociedade para diminuir as retrações das desigualdades presentes, além de intervir diretamente nas áreas da saúde, educação e assistência social. É válido destacar que nesse contexto os/as profissionais não atuam de forma isolada, mas correspondendo às demandas postas e buscando soluções adequadas conforme as políticas vigentes.

Por fim, o autor destaca a conjuntura política e afirma que esta afeta diretamente a atuação profissional — é de conhecimento que as flutuações no mundo econômico atingem toda a sociedade com as crises e as transformações no mundo, sendo assim, há de fato um impacto na profissão (Silva, 1999). Conforme o cenário de incertezas aumenta para a sociedade, aumenta também para os/as assistentes sociais, uma vez que não se pode atender às demandas de forma imediata, tampouco se consegue resoluções com a isenção do Estado, através do corte de gastos com as políticas sociais.

O movimento conhecido como Estado Mínimo, abre espaço para o que chamamos de Terceiro Setor, que, de acordo com Mendes (2007), este está diretamente ligado ao processo de reestruturação do capital e se consolida a partir da crise do capital, dando continuidade ao afastamento do Estado no que diz respeito às áreas econômicas e sociais e podendo ser identificado no ciclo de privatizações.

No que cerca o Estado Mínimo,

Observa-se, com efeito, várias medidas concernentes ao "Estado Mínimo": suspensão de concursos públicos, demissões de não-estáveis, extinção de serviços, contenção de salários, corrida à aposentadoria em face da ameaça de perda de conquistas trabalhistas com as reformas em curso, falta de incentivo na carreira e consequentemente desprofissionalização (Silva, 1999, p. 12).

Todas as medidas tomadas pelo Estado Mínimo aproximam o terceiro setor da responsabilidade social. Além disso, com a suspensão dos concursos públicos, os profissionais passam agora a se inserir nas empresas privadas, que podem estar ou não ligadas ao Serviço Social conservador, além de levantar atribuições que descharacterizem a profissão. Apesar da suspensão dos concursos públicos,

De qualquer forma, é preciso considerar que, ainda na primeira metade da década de 90, o poder público continua a ser o grande empregador do Assistente Social. No período de fevereiro a novembro de 1994, registrou-se a oferta de 586 vagas para a profissão. E o Estado de São Paulo

comparece com 56,3% das oportunidades de trabalho, seguido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Todavia, é curioso observar a tendência à interiorização da demanda. De fato, as chances de emprego são cada vez menores na cidade de S. Paulo, deslocando-se para o interior, com frequência pouco significativa na região do ABCD (Silva, 1999, p. 12-13).

Ao considerar que os grandes centros da profissão se destacavam na região Sul e Sudeste do país, ouso afirmar que os dados obtidos destas regiões podem refletir a tendência em âmbito nacional. Em São Paulo, de acordo com a pesquisa de Silva (1999), os/as profissionais estavam inseridos tanto em setores públicos como em empresas privadas, realizando, contudo, diferentes funções. Ademais, os/as profissionais também estavam inseridos/as na Política de Saúde, através da implantação do Plano de Assistência em Saúde (PAS-SP), mas encontravam-se subalternizados/as, uma vez que a responsabilidade de atendimento passa a ser de uma cooperativa privada.

Esse movimento de transferência de responsabilidade liga-se à ideia de qualidade e melhor desempenho da empresa, mas não há uma perspectiva positiva para profissionais inseridos/as nesse meio. Silva (1999) aponta que esse movimento reflete em perdas das conquistas trabalhistas e na diminuição dos salários dos/as assistentes sociais em relação a outros profissionais. Em relação aos salários, o autor destaca ainda que são baixos no setor público e mais altos nas empresas privadas, tendência que não se aplica exclusivamente ao Serviço Social (Silva, 1999).

Nas empresas privadas em São Paulo há constante queda salarial quando se trata de profissões majoritariamente femininas,

Psicologia, nutrição, enfermagem e serviço social, profissões tipicamente femininas, comparecem com salários de 40 a 50% inferiores aos daqueles outros profissionais. E pode constituir mais um indício da cultura ocupacional que restringe ou subalterniza o acesso da mulher ao mercado de trabalho, o fato de que, para as profissões ainda tipicamente femininas, não se observa claramente como nas demais, a perspectiva de uma carreira expressa, por exemplo, estágios “junior, pleno e sênior” (Silva, 1999, p. 25).

Como o perfil profissional da categoria é majoritariamente composto por mulheres, essa redução faz com que os/as profissionais estejam inseridos/as em vários espaços sócio-ocupacionais. No que diz respeito às demandas profissionais

no âmbito privado, estas estavam inseridas na forma de controle das necessidades da classe trabalhadora, ou seja,

O principal instrumento do Serviço Social é o mapeamento anual de saúde, através da aplicação de questionário psico-social e programação de exames clínicos e laboratoriais para todos os trabalhadores da empresa. A Divisão elabora relatórios que são apresentados aos diversos setores da empresa, indicando os fatores prejudiciais às relações de trabalho e à saúde ocupacional, que estejam a exigir equacionamento preventivo (Silva, 1999, p. 28).

No estado do Rio de Janeiro, a pesquisa elaborada por Serra (2001) em parceria com o Cress 7<sup>a</sup> Região, Abess, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e publicada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSSO/Uerj), coletou dados de 1994 a 1998 referentes ao mercado de trabalho e à função social da profissão no estado. Os dados foram coletados junto aos empregadores dos setores estatais, empresariais e entidades sem fins lucrativos em uma amostragem de 136 unidades de trabalho, 69 delas públicas, 41 empresariais e 26 entidades sem fins lucrativos (Serra, 2001, p. 161). A autora aplicou um questionário com análises acerca das características do empregador, condições de trabalho, valorização do trabalho e demandas. No primeiro momento, Serra (2001) apresenta as formas de flexibilização do trabalho,

Trata-se, assim, destas duas formas de flexibilização que atingem a estrutura produtiva e o processo de trabalho do assistente social: a que se refere ao enxugamento do quadro de pessoal nas instituições investigadas e a que institui a polivalência e a multifuncionalidade dos trabalhadores no interior de seus processos de trabalho (Serra, 2001, p.171).

Sendo assim, no que se refere à carga horária, foi identificado que em 91,6% dos órgãos públicos federais os/as profissionais trabalham 40h, enquanto nas estatais pode-se encontrar profissionais com 40h ou 20h semanais, movimento este tratado por Serra (2001) como multiplicidade de carga horária, uma vez que existem profissionais concursados e terceirizados no mesmo espaço e seguindo a lógica das privatizações. No que diz respeito às entidades filantrópicas, a carga horária é de 20h e 30h nas organizações não-governamentais. Para Serra (2001), a estratégia na

redução das horas trabalhadas está diretamente ligada à forma de reduzir os salários compatíveis do mercado.

Outro ponto relevante da pesquisa é a redução de profissionais nas esferas Federal e Estatal, enquanto há o aumento considerável nas demandas. Além disso, as organizações não-governamentais mantêm seus números de profissionais, mas há uma tendência de aumento de 100% nas solicitações para ações do Serviço Social. Para Serra (2001), quando se refere às condições de trabalho, com a diminuição do número de profissionais e o aumento das demandas, há sobrecarga dos profissionais em exercício. Além disso, o aumento das demandas das organizações filantrópicas e não-governamentais demonstra a destituição das Políticas Públicas Sociais, efetivando, portanto, o perfil neoliberal. É interessante que a pesquisa do Rio de Janeiro se articula com o que foi apresentado por Silva (1999) com relação a São Paulo, onde há uma tendência à privatização e precarização do trabalho.

Com relação à Alagoas, foram consideradas dois períodos de pesquisas acerca do mercado de trabalho: 1991 a 1992 e 1998 a 2000; sendo sistematizadas e produzida, respectivamente, por Cabral (2019) e Trindade (2002) — esta última consistindo na publicação de um livro contendo inúmeros autores. Sendo assim, os dados obtidos serão apresentados em seguida, a fim de caracterizar o perfil

De acordo com as pesquisas de Cabral (2019), no início da década de 1990, 87,3% dos/as profissionais estavam inseridos/as no setor público, sendo as maiores áreas de atuação a saúde (34,7%), a educação (13,8%), a assistência social (9,3%) e o ensino superior (6,9%), enquanto a pesquisa referente ao período 1991-1992 foi produzida pelo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, através do Cras. Além disso, a autora destaca que a pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo o levantamento de dados realizado através das instituições empregadoras e de uma abordagem direta com os/as profissionais acerca da realidade das instituições (Cabral, 2019). Dessa forma, a primeira etapa se deu com quase 100 instituições empregadoras e foi considerado um universo de 980 profissionais inscritos/as no Cras.

Cabral (2019) aponta ainda que apenas 693 profissionais, correspondente a 70,7% dos inscritos, estavam inseridos/as no mercado de trabalho, 185 (18,9%) encontravam-se desempregados/as e 102 (10,4%) se encontravam com sua inscrição cancelada devido à inadimplência, transferência, aposentadoria ou morte.

O último dado é interessante, haja vista que a inadimplência é bastante tratada nas Atas das reuniões ordinárias do Conselho, chegando a um total de 495 profissionais em 1996, e pode estar ligada ao mercado de trabalho e sua precarização.

No que diz respeito às instituições,

De acordo com os dados coletados no juntamente às instituições participantes durante o levantamento do CRAS, 52% destas eram de natureza pública, 41% de natureza privada, 5% de natureza filantrópica e 2% eram ONGs – estas duas últimas compondo o chamado Terceiro Setor (7%). Distribuídos nessas instituições, 87,3% dos Assistentes Sociais se encontravam na pública e 10,8% na rede privada, o que permite a análise de que ao mesmo tempo em que não existe muita disparidade entre as instituições públicas e privadas, a inserção desses profissionais é muito maior da rede pública (Cabral, 2019, p. 49).

Considerando-se as pesquisas de São Paulo e do Rio de Janeiro, Alagoas seguia a mesma tendência de concentração de profissionais em instituições públicas e também da crescente da rede privada, além da presença do Terceiro Setor, que nesse momento segue em pequena quantidade. No que diz respeito às instituições, Cabral (2019) apresenta os dados obtidos no Cras, que demonstram que 18% dos/as profissionais estavam inseridos na saúde, 17% na indústria e 10% na assistência social. Dessa forma, podemos verificar que, até 1992, Alagoas seguia a mesma tendência dos estados do Sudeste.

No que cerca as tendências presentes no final da década de 1990, em específico de 1998 a 2000, Trindade (2002) utilizou os dados presentes no trabalho realizado pela fiscalização do Cress<sup>18</sup>, relativos a 131 instituições visitadas, sendo 80,91% localizadas na capital Maceió e 19,08% no interior do estado.

No que se refere às instituições em que os/as profissionais estão inseridos/as, 58,01% correspondiam ao setor público, seguidos de 19,85% das instituições privadas e 16,80% correspondentes ao Terceiro Setor. Esses dados demonstram que, conforme apresentado anteriormente, havia uma constante crescente nas instituições privadas e do Terceiro Setor, além disso, a atuação no setor público ainda segue a maioria, embora tenha sofrido queda de 29,29% em um intervalo de tempo de seis anos.

Sobre as áreas de atuação, 27,27% das 131 instituições pesquisadas por Trindade (2002) são 17,53% da assistência social e 12,98% da área de recursos

---

<sup>18</sup> Nesse período já haviam sido modificadas as siglas, portanto, no texto haverá a mudança de Cras para Cress, quando abordado o período após 1993.

humanos. Os dados referentes à atuação profissional na área de recursos humanos surgem brevemente nas pesquisas referentes ao início da década de 1990 e passam a se destacar ao final da década, ademais, de acordo com Oliveira (2007), a área dos recursos humanos diz respeito às demandas postas, requisições e competência profissional na resposta delas — ou seja, o/a profissional atende com maior facilidade apenas aos objetivos das empresas.

Quanto à média salarial dos/as profissionais, ela vai variar conforme a instituição. De acordo com Carvalho (2007), os dados apresentados na década de 1990 demonstravam que 68,4% dos/as profissionais se inseriam na assistência social, enquanto na década anterior o percentual era de apenas 10,73%. Quanto à média salarial, a autora aponta que:

Os assistentes sociais recebem em média de 3 a 6 salários mínimos (em 40% das instituições), seguidos de até 3 salários em 25% e apenas 20% os assistentes sociais possuem remuneração entre 6 a 9 salários, enquanto 5% recebem mais de 9 salários. Quanto à carga horária de trabalho dos assistentes sociais, observamos em primeiro lugar (36,36%) as 20 horas semanais, seguidas de 27,27% das instituições em que a carga horária é de 40 horas semanais e 22,72% com 30 horas semanais (Carvalho, 2007, p. 162).

Além disso, conforme citado anteriormente, a inserção profissional em instituições privadas ou do terceiro setor pode gerar uma descaracterização, fazendo com que estes não sigam as normativas da Lei de Regulamentação, tampouco do Código de Ética profissional. Carvalho (2007) coleta os dados de 1998 a 2001 e neles aponta que os dados do Cress referentes à área de assistência social apontam que 85,17% das instituições visitadas não possuem plano de intervenção, embora seja necessário implantar e executar os projetos e programas oferecidos pela Política de Assistência Social a nível federal.

No que se refere à atuação dos/as assistentes sociais nos Recursos Humanos, esta pode ser preocupante. Oliveira (2007) trouxe a preocupação quanto à descaracterização profissional, onde os/as profissionais não possuem e/ou não conhecem seus objetivos de trabalho e funções, além disso, a autora apresentou que 57,1% dos/as profissionais não reconhecem o Código de Ética mais recente, 42,8% não têm conhecimento da Lei de Regulamentação e 57,1% desconhecem o novo projeto ético-político da profissão; igualmente, não há encontro de atitudes ousadas dos/as profissionais, sendo seguido um perfil conservador.

Esse percurso foi importante para que se possa compreender os avanços da década de 1990 na profissão, desde o que cerca a formação profissional até o mercado de trabalho. Como é de ciência, a profissão de Serviço Social atua em iniciativas que enfrentam as expressões da questão social através das políticas públicas sociais, dessa forma, a década de 1990 consolida a profissão no Estado brasileiro através da publicação da nova Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética e dos demais avanços acerca das políticas sociais. É válido ressaltar que a década de 1990 foi marcada por profundas crises econômicas que levaram a um aprofundamento do neoliberalismo, dificultando a aplicação das políticas públicas sociais.

Na apresentação dos dados acima, é possível identificar que as transformações no mundo político-econômico, a níveis nacional e estadual, moldaram o mercado de trabalho do/a assistente social. Embora o avanço no espaço para atuação frente às políticas sociais, o neoliberalismo e sua redução no financiamento das políticas fazem com que haja um crescimento na precarização do trabalho, obrigando a adaptação aos espaços sócio-ocupacionais disponíveis e, por muitas vezes, a inserção em instituições que não respeitam as normas profissionais, gerando preocupações sobre a identidade e a ética na prática.

No que diz respeito à ampliação da municipalização das políticas sociais, embora ofereça novas oportunidades de campo de trabalho, também insere o/a profissional em situações vulneráveis, considerando que muitas vezes não há um apoio necessário da instituição. Além disso, pôde-se identificar que os/as profissionais estavam inseridos majoritariamente nas políticas de saúde e assistência social, com prevalência nas instituições públicas, apesar dos avanços privados e não-governamentais.

Nesse contexto, é válido destacar que a pesquisa científica nesta temática na década chama a atenção dos/as profissionais para o seu cotidiano, entendendo as suas fragilidades e sobrecargas. Ou seja, ao refletir sobre as pesquisas, podemos considerar que esse exercício como uma ponte entre a prática e a teoria, a qual pode funcionar como subsídio para intervenções efetivas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente estudo teve como propósito assimilar a consolidação profissional na década de 1990 em Alagoas. Dessa forma, fez-se necessário um acompanhamento do contexto social, político e econômico do Brasil e de Alagoas no período posterior à Ditadura Militar, especialmente do pós-Constituição de 1988, quando se estabeleceram as bases das políticas sociais na década de 1990, onde atuam assistentes sociais.

As repressões presentes durante o governo militar, posteriormente representaram uma abertura para a necessidade da participação popular nas demandas do país, que se concretizada com a redemocratização e a publicação da Constituição Federal de 1988 — momento de vitória para as lutas constantes dos movimentos sociais e também da categoria profissional, que se encontrava inserida com veemência no meio popular. Ademais, esse período também assegura a necessidade profissional no país, com a efetivação dos direitos sociais e da Seguridade Social, que se torna a área de atuação profissional por excelência.

O início da década seguinte também é de diversas mudanças, mas não mudanças propícias ao social. Os governos que assumem o país na década de 1990 realizam as principais modificações na economia brasileira, assumindo um distanciamento das políticas sociais e demonstrando a inserção do neoliberalismo no país. Esse distanciamento ocorre junto ao incentivo de modernização mais amplo para o mercado industrial brasileiro, além de o Estado assegurar um financiamento insuficiente destinado às políticas sociais, passa a realizar a transferência de responsabilidade para empresas privatizadas, terceirizadas e do terceiro setor.

Ainda no contexto econômico, Alagoas seguia os mesmos aspectos da economia nacional, mas com certo atraso. É válido observar que o estado seguia no comando dos grandes nomes das famílias oligárquicas desde a década de 1950, mantendo o incentivo às indústrias sucroalcooleiras sem uma modernização ou estudo econômico para melhora no perfil financeiro estadual. Além das indústrias, Alagoas possuía também o setor público como maior empregador, com cargos principalmente da área de segurança pública, mas a partir da crise financeira durante a década de 1990, perde significativamente estes profissionais nos setores público e privado, aumentando assim os dados relacionados aos desempregados. A diferença exorbitante entre a distribuição de renda no estado estava ligada às

indústrias e seus governantes, uma vez que estas pertenciam aos grandes nomes oligárquicos do estado, motivo pelo qual havia um redirecionamento de apoio financeiro a elas.

À época, Maceió registrou um aumento do processo de êxodo rural, uma vez que com o empobrecimento das grandes massas populacionais ocorreu este movimento de mudança para a capital em busca de melhores condições de emprego e de vida. Apesar disso, esse movimento se caracterizou com a ampliação desregular na cidade e, sem infraestrutura suficiente para tal acolhimento, gerou novas expressões da questão social no estado.

Conforme citado anteriormente, a lógica neoliberal defende a menor participação do Estado, dando preferência à adesão de um sistema privado. No que aborda as políticas sociais, o sistema neoliberal reduz o investimento público e o transfere para empresas privadas ou do terceiro setor, aumentando, portanto, os espaços de caráter assistencialista. Sendo assim, com a sua ênfase no mercado e na redução do seu papel, ocorre uma influência negativa no cotidiano da sociedade, que não possui garantia dos seus direitos básicos. Ademais, no tocante ao cotidiano do/a profissional de Serviço Social, o/a profissional passa a lidar com inúmeros desafios, como a falta de estrutura e de recursos suficientes para a efetivação das políticas sociais.

No tocante à categoria profissional e ao engajamento nas pautas políticas durante a redemocratização, esta teve um papel importante na Constituição Federal de 1988, com a definição da Seguridade Social enquanto meio de atuação profissional. Apesar disso, os cortes e o distanciamento do ambiente estatal afetaram diretamente a forma de assegurar os direitos sociais, sendo necessária a atuação profissional em ambientes privatizados e de terceiro setor, modificando, portanto, o mercado de trabalho profissional.

Apesar das mudanças ocorridas, o/a profissional de Serviço Social se manteve comprometido com os debates sociais e com a busca por um reconhecimento profissional no país. Dessa forma, através das articulações dos/as profissionais são obtidas diversas conquistas, como a aprovação da Lei nº 8662 de 1993, que trata da Regulamentação Profissional no país e a atualização do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, onde ocorre a incorporação de todas as modificações presentes no âmbito teórico e prático, assegurando a presença de uma

perspectiva crítica e plural, além de especificar atuações privativas e participações em equipes multidisciplinares.

No aspecto da formação profissional, as revisões curriculares ocorridas em 1982 e 1996 marcam a importância do debate crítico e ético durante toda a formação, além disso, o período também é marcado pelo avanço da pesquisa científica através das pós-graduações no nível *stricto sensu* no país.

No que cerca o mercado de trabalho a níveis nacional e estadual, pode-se encontrar semelhanças e a tendência da ascensão da privatização e do terceiro setor, que marcam a presença de novos espaços sócio-ocupacionais. Ademais, apesar das pesquisas apontarem o setor público com uma maior presença profissional, é registrada nesses ambientes a presença de infraestruturas e de recursos insuficientes para a atuação profissional, dificultando a garantia dos direitos sociais.

Em Alagoas, a pesquisa demonstra a presença profissional no ambiente dos Recursos Humanos e aumento significativo de profissionais inseridos/as em empresas terceirizadas e de terceiro setor na década de 1990 — um reflexo das modificações societárias do período. Além disso, é importante reforçar a presença do Cress 16<sup>a</sup> Região na análise desses espaços, uma vez que as gestões e seus conselheiros demonstram, através das Atas pesquisadas, forte compromisso em entender as vivências e o perfil profissional em Alagoas.

Em suma, a análise elaborada demonstra uma viva presença profissional na busca por avanços no meio de formação e atuação, em níveis nacional e estadual, demonstrando sua oposição ao capitalismo e atuando próximo aos movimentos sociais e na busca pela efetivação dos direitos sociais. No que aborda a pergunta inicial do trabalho, pode-se concluir que a consolidação profissional está intrinsecamente ligada ao contexto social, político e econômico de Alagoas, bem como às normativas Federais e Estaduais que asseguram a profissão. Ademais, a década de 1990 demonstra fortalecimento e engajamento da categoria frente às adversidades vivenciadas pelas mudanças societárias.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In: SILVA, M. L. O. Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- ABREU, M. M.; SIMIONATTO, I. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990 - 1996. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 07, Cortez: São Paulo, 1997.
- ACCIOLY, I. Processo histórico de elaboração da Constituição de 1988. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5440, 24 maio 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64846>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. **Novos Estudos**, n. 70, p. 7-17, 2004.
- AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M.; TRINDADE, R. L. P. Marcos Históricos do Serviço Social em Alagoas. *In: Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez, 2021.
- AMORIM, K. L. S.; TRINDADE, R. L. P. A expansão dos Cursos de Serviço Social em Alagoas a partir dos anos 2000. *In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. (Org). 60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional*. Maceió, AL: Edufal, 2016.
- ARAÚJO, T. P. de; SOUZA, A. do V.; LIMA, R. A. de. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov.1996). *In: ABESS. Formação profissional: trajetórias e desafios*. Caderno ABESS, n. 7, p.58-96, São Paulo, SP: Cortez, 1997.
- ARAÚJO, T. P. de; SOUZA, A. do V.; LIMA, R. A. de. Ensino de Metodologia nos Cursos de Serviço Social. *In: ABESS. Caderno ABESS*, São Paulo, n. 3, p. 13-97,1989.
- ARAÚJO, T. P. de; SOUZA, A. do V.; LIMA, R. A. de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, 1 jan. 1997, p. 55-77. Dossiê Nordeste I.
- BAPTISTA, M. V.; RODRIGUES, M. L. A formação pós-graduada - Stricto Sensu - em Serviço Social: Papel da pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. *In: ABESS. Caderno ABESS*, São Paulo, n. 5, p. 108-136,1992.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRITO, É. H. G. de; MENDES, Á. **Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90**. [S.l.:s.e.]: 2003. Disponível em: [https://www.faap.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/rel\\_04/garcia.htm](https://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm). Acesso em: 9 jan. 2024.

CABRAL, A. B. B. **O mercado de trabalho e a formação profissional do Serviço Social em Alagoas na década de 1990**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

CARDOSO, I. C. DA C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997.

CARINHATO, H. P. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, São Paulo, ano II, n. 3, dez. 2008.

CARVALHO, A. M. P. de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Caderno Abess**, São Paulo, n. 1, p. 17-42 1986.

CARVALHO, C. P. **Alagoas 1980-1992: a Esquerda em Crise**. Maceió: Edufal, 1993. p. 11 -31.

CARVALHO, M. H. S. O Serviço Social e a política de assistência social na década de 1990. In: TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

CAVALCANTE, G. M. M.; TRINDADE, R. L. P. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1-24, 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CRESS-AL. Ata de Reunião. Maceió, AL, 1994.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1990.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1991.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1992.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1993.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1995.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1996.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1997.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1998.

CRESS-AL. Atas de Reunião. Maceió, AL, 1999.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano. 2, n. 3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 101-116, 1993.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, M. B. L.; FÉLIX, T. L. L. O processo sócio-histórico de constituição da pobreza em Alagoas: a complexificação no contexto de crise estrutural. In: COSTA, G. M. da; PIMENTEL, E. (Org.). **Expressões da questão social em Alagoas**. Maceió, AL: Edufal, 2020. p. 109-124.

LIRA, F. J. de. **Crise, Privilégio e Pobreza**: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió, AL: Edufal, 1997.

MACIEL, D. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiás, ano XIII, n. 11, dez. 2011. p. 98-108.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 72, jun. 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 8 jan. 2024.

MAZZEO, A.C. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros LTDA, 1989.

MENDES, C. O Serviço Social em instituições do terceiro setor em Alagoas. In: TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed, São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. O movimento de Reconceituação - 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 05-20, nov. 2005.

OLIVEIRA, M. D. T. de. Atuação dos assistentes sociais nas políticas de recursos humanos em empresas privadas alagoanas. In: TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

PAULA, J. A. de. O marxismo e seus rebatimentos no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p.64-95, 1991.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. O. **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

ROCHA, I. L. da; TORRES, M. A. S. Formação profissional em Serviço Social na UFAL: do currículo mínimo às diretrizes curriculares. In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. (Org). **60 anos do Serviço Social em Alagoas**: marcos e marcas históricas da formação profissional. Maceió, AL: Edufal, 2016. p. 109-146.

ROCHA, J. A. et al. Assistência Social e pobreza em Alagoas: o protagonismo do NUTAS/UFAL. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2. São Luís, MA, 2005. Anais... São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Jane\\_MariaBetania\\_Mar garida\\_Terezinha225.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Jane_MariaBetania_Mar garida_Terezinha225.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

ROLIM, L. B. et al. Participação Popular e controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.

SANTOS, A. I. S. et al. A participação do Assistente Social na coordenação/gerência de programas e projetos na política de saúde de Alagoas. In: TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

SANTOS, M. M. S. **Assistência social em Alagoas**: a gestão estadual em questão. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9977/1/arquivo9301\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9977/1/arquivo9301_1.pdf). Acesso em: 23 de jul. 2024.

SANZ, B.; MENDONÇA, H. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. **Él País**, São Paulo, 28 nov. 2017, 19:05. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812\\_344807.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html) Acesso em: 10 de jan. 2024.

SERRA, R. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do serviço social. In: SERRA, R. (Org.). **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001. p. 151-174.

SOUZA, D; GONÇALVES, J; ALCÂNTARA, N; FREIRE, S. M. **‘Questão social’ em Alagoas**: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Maceió: Edufal, 2016.

TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Mercado de trabalho do Serviço Social: fiscalização e exercício profissional**. Maceió: Edufal, 2002.

TRINDADE, R. L. P. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.